



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA/CÂMPUS JAGUARÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

RELATÓRIO CRÍTICO-REFLEXIVO

**A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DAS ESCOLAS DO CAMPO DA REDE MUNICIPAL DE ARROIO GRANDE
RS – BRASIL**

GISIANE VIEIRA AÑAÑA

**Jaguarão/RS
2014**

GISIANE VIEIRA AÑAÑA

**A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DAS ESCOLAS DO CAMPO DA REDE MUNICIPAL DE ARROIO GRANDE
RS – BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes

**Jaguarão/RS
2014**

Añaña Vieira, Gisiane. A construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo da rede municipal de Arroio Grande RS – Brasil/ Gisiane Vieira Añaña. 13/09/2014. 65 páginas.

Relatório - Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, 13/09/2014

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes

1. Projeto Político Pedagógico; 2. Escola do Campo 3. Gestão Democrática

GISIANE VIEIRA AÑAÑA

**A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DAS ESCOLAS DO CAMPO DA REDE MUNICIPAL
DE ARROIO GRANDE/RS – BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Mestrado Profissional da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: Educação.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 13/09/2014

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes
Orientador
UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira
UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Silvana Maria Gritti
UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Arisa Araújo da Luz
UERGS

Dedico este trabalho em especial a Deus por iluminar meu caminho me dar força e coragem para suportar as angústias que surgiram durante esta caminhada. À minha família pelo apoio e incentivo constantes. Aos professores Lúcio Jorge Hammes e Arlete Salcides pelo apoio e confiança nos momentos que mais precisei.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde, força e coragem para eu superar as dificuldades que passei durante o Curso.

A Universidade pela oportunidade de realizar o Mestrado.

Ao Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes pela paciência nas orientações.

A Profª Drª Arlete Salcides pela confiança que sempre depositou em mim.

Ao colega Eduardo Garralaga Melgar Júnior pela amizade e pelo auxílio.

A minha família pelo carinho, incentivo e apoio incondicional.

Meus agradecimentos a todos os professores e colegas que fizeram parte dessa caminhada.

Vale o perigo de viver quando a contrapartida é a afirmação do protagonismo dos sujeitos sociais, surpreendendo o presente na antecipação do futuro, traçando outros rumos para a história, pois, como canta o poeta, o vento venta ventando.
(Murilo Mendes)

RESUMO

O presente documento relata etapas de execução do Projeto de Intervenção intitulado “A Construção dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas do Campo da Rede Municipal de Arroio Grande, RS/ Brasil”, construído com a finalidade de contribuir para qualificar a oferta de ensino nas escolas municipais do campo de Arroio Grande, a partir da introdução de novos paradigmas para orientar tanto as práticas de gestores como dos diferentes segmentos que compõem a comunidade escolar no processo de produção coletiva de um Projeto Político Pedagógico que efetivamente represente seus ideais, interesses e demandas. Nessa perspectiva, realizou-se uma pesquisa diagnóstica, como forma de identificar temas a serem contemplados nos espaços de formação. Ao longo de cinco meses, foram realizados dez encontros que envolveram a participação de representantes da Secretaria Municipal de Educação de Arroio Grande, gestores, docentes e funcionários de três escolas do campo. Os participantes foram desafiados à formulação e à adoção de estratégias que viabilizaram a produção coletiva de Projetos Políticos Pedagógicos próprios para cada unidade escolar.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Escola do Campo; Gestão Democrática

RESUMEN

En este documento se describen los pasos para la implementación del Proyecto de Intervención titulado "Construcción de Proyecto Político Pedagógico de la Red Municipal de Escuelas Rurales Arroyo Grande, RS / Brasil", propuesto con el fin de calificar para contribuir a la provisión de educación en las escuelas municipales campo de Arroyo Grande, a partir de la introducción de nuevos paradigmas para guiar tanto a la práctica los administradores como los distintos segmentos que conforman la comunidad escolar en el proceso de producción colectiva de un Proyecto Político Pedagógico que representa con eficacia sus ideales, intereses y demandas. Desde esta perspectiva, hemos llevado a cabo un estudio de diagnóstico como una manera de identificar los temas que se abordarán en los espacios de formación. A lo largo de cinco meses, se realizaron diez partidos en los que participen representantes de la Educación Municipal de Arroyo Grande, administradores, profesores y personal de tres escuelas en el campo. Los participantes se enfrentan al reto de formular y adoptar estrategias que permitieron a la producción colectiva de política y pedagógica propios proyectos para cada escuela.

Palabras clave: Proyecto Político Pedagógico; La Escuela de Campo; Gestión Democrática

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM/ FM – Emissoras de Rádio
Art.- Artigo
BR- Rodovia
CC- Cargo de Confiança
CEP – Código de Endereçamento Postal
CLT- Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONAE- Conferência Nacional de Educação
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
E.M.E.F – Escola Municipal de Ensino Fundamental
FUTSAL- Futebol de Salão
GD – Gratificação de Direção
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
KG - Quilograma
KM- Quilômetro
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
M – Metro
MEC- Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL- Mercado Comum do Sul
MST- Movimento Sem Terra
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PI- Projeto de Intervenção
PIB- Produto Interno Brasileiro
PPP- Projeto Político Pedagógico
PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação no Campo
RS- Rio Grande do Sul
SME- Secretaria Municipal de Educação
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A PESQUISA DIAGNÓSTICA	14
2.1 O contexto rural do município de Arroio Grande	15
2.2 A educação do campo na rede municipal de ensino de Arroio Grande: cenários de investigação	19
2.3 Algumas indicações dos resultados da Pesquisa Diagnóstica	27
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	28
3.1 O papel do gestor na construção de um PPP	28
3.2 Educação rural e a educação do campo	29
4 METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO.....	38
5 AÇÕES DE INTERVENÇÃO NAS ESCOLAS DO CAMPO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ARROIO GRANDE	40
5.1 O Projeto de Intervenção	40
5.2 Análise das ações executadas e suas repercussões.....	54
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
7 REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

Este relatório crítico-refletivo contém os passos e desdobramentos do processo percorrido até a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas do Campo da rede Municipal de Arroio Grande, viabilizando o compromisso com a democratização da educação no município de Arroio Grande e região.

O relato se constitui na síntese dos trabalhos de pesquisa e de intervenção que resultou em um instrumento orientador das práticas político-pedagógicas para as escolas e comunidades, a partir do aprendizado adquirido no processo democrático e coletivo de construção dos PPP- Projeto Político Pedagógico (PPPs).

O texto traz uma introdução que descreve os processos de pesquisa e de intervenção, bem como as etapas de planejamento e construção dos PPPs das Escolas do Campo de Arroio Grande, que teve por objetivo contribuir na elaboração e na implantação de um PPP coerente com a demanda escolar de cada comunidade, visando transformar, dentro do possível, a realidade cotidiana para melhor.

A seguir aborda a pesquisa diagnóstica realizada com a finalidade de caracterizar o contexto rural do município de Arroio Grande, a educação do campo na rede municipal de ensino: cenários de investigação e traz uma análise preliminar de alguns dos resultados da Pesquisa Diagnóstica.

Depois apresenta um referencial teórico básico, abordando o papel do gestor na construção de um PPP, a educação do campo e a gestão democrática como princípios a serem contemplados em um projeto político pedagógico. Tal referencial tem apoio no trabalho de Marion, Dias e Traldi (2002, p.38) ao afirmar que, “O referencial teórico contém um apanhado do que existe, de mais atual na abordagem do tema escolhido”. É o referencial teórico que fundamenta e dá consistência ao estudo, oferecendo um embasamento literário sobre o que já se tem de publicação acerca do assunto escolhido para a pesquisa.

Na sequência, traz a metodologia utilizada na intervenção, as ações desenvolvidas, juntamente com gestores e professores das escolas do campo de Arroio Grande, um breve comentário, uma avaliação das ações executadas nos encontros e **analisa** suas repercussões.

Nas considerações finais, destaca-se a importância das escolas do campo disporem de um PPP próprio para orientar suas atividades.

Espera-se que a construção dos PPPs das Escolas do Campo de Arroio Grande contribua à consolidação da gestão democrática escolar, na medida em que as responsabilidades permitam atingir as finalidades a que se propõem. Suas dimensões residem na perspectiva de mudanças nos rumos da escola e na organização das atividades e dos projetos educativos necessários aos processos de ensino e de aprendizagem. Essa construção implica abrir-se para a realidade da escola, pautando-se na proposta da inserção social no currículo escolar, com isso afirma-se que é de suma importância envolver toda a comunidade escolar na construção e execução dos PPPs.

Estudos sobre Projetos Políticos Pedagógicos tornam-se cada vez mais potencializados tendo em vista a questão legal e a relevância dos PPPS na escola, que segundo Vasconcellos (1995, p 143), são:

... um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica, e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola.

2 A PESQUISA DIAGNÓSTICA

A Pesquisa Diagnóstica teve como objetivos a abordagem de diversos aspectos que caracterizam as áreas rurais do município de Arroio Grande e as escolas situadas nessas áreas, bem como verificar a vigência de um Projeto Político Pedagógico em cada escola e seus respectivos processos de construção.

Tal pesquisa visou, também, identificar tanto o conhecimento de gestores acerca da Lei 9394/96 e da legislação educacional que trata de especificidades da oferta e da organização do ensino nas escolas do campo quanto seus conhecimentos acerca da realidade, das expectativas e dos interesses das comunidades beneficiadas pelas escolas em que atuam.

Os procedimentos adotados para coleta, sistematização e análise de dados envolveu a Secretaria Municipal de Educação de Arroio Grande, membros da equipe técnica da SME, gestores e professores das escolas municipais do campo.

Nas etapas de coleta de dados foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

1º consulta às bases de dados (site da Prefeitura Municipal de Arroio Grande, EMATER, IBGE, etc) como forma de caracterizar o município/contexto de investigação.

2º Técnica de entrevistas: Entrevistas abertas com representantes da Secretaria Municipal de Educação e entrevistas de tipo estruturada com gestores e professores das escolas do campo: E.M.E.F. Visconde de Mauá, E.M.E.F. Arlindo Martins e E.M.E.F. Dona Margarida Maichê Sallaberry. O instrumento utilizado com as gestoras foi um questionado composto pelas seguintes questões: (1) A sua escola tem Projeto Político Pedagógico? (2) Qual foi a metodologia utilizada na construção do PPP? (3) Como foi a participação da comunidade escolar nessa construção?; (4) Qual é a concepção filosófica em que a escola está embasada? (5) Qual é o percentual de alunos que estudam na escola que residem no meio rural? (6) O que a escola tem definido no seu PPP para atingir os anseios da sua comunidade e seu entorno? (7) Que estratégias documentais utiliza como gestora para conhecer a realidade e os interesses da comunidade escolar? (8) O que sabes acerca da Lei 9.394/96? e, por fim, (9) O que sabes sobre as Leis específicas para a Educação do Campo?

2.1 O contexto rural do município de Arroio Grande

Arroio Grande está situado na parte mais meridional do Brasil e distante da capital do Estado do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 350 km e da capital do Uruguai, Montevidéu, 450 km. A sua privilegiada posição geográfica, entre Porto Alegre e Montevidéu, às margens da BR 116, rota prioritária do Mercosul, é certeza de grande desenvolvimento nos próximos anos.

O município de Arroio Grande situa-se na parte meridional do Estado, na encosta sudoeste, com altitude de 39 metros acima do nível do mar e área de 2.518 Km a 25 km da Lagoa Mirim. Limita-se ao norte com Capão do Leão e Pedro Osório; ao sul com Jaguarão, a leste com a Lagoa Mirim e Rio Grande e a oeste com Herval.

O clima é temperado, o relevo formado por planícies e planaltos. Sua hidrografia é formada pelos arroios: Arroio Grande, Chasqueiro, Bretanhas, Parapó todos pertencentes à bacia da Lagoa Mirim.

Quanto aos índices de desenvolvimento humano, apresenta uma taxa de alfabetização de adultos de 0,88, taxa bruta de frequência escolar de 0,808; renda per capita de R\$224,38 e taxa de analfabetismo de 11,97. O Produto Interno Bruto (PIB) do município de Arroio Grande já mostra a forte influência rural, totalizando R\$ 303,5 milhões, sendo metade da produção (50,95%) diretamente ligada ao meio rural, com R\$ 154,6 milhões. Dessa elevada predominância agrícola depreende-se que a outra metade (49,05%) do PIB dependa do campo para a circulação econômica.

A economia do Município tem por base, ou gira em função das atividades agropecuárias, como cultivo de arroz e soja, criação de bovinos, suínos, ovinos e equinos, produção leiteira e extrativismo de eucaliptos e acácias. A produção de alevinos, mais de 3 milhões por ano, é o maior projeto de piscicultura da zona sul do estado e visa à produção para o repovoamento da Lagoa Mirim.

Em relação à condição legal das terras, a totalidade de 825 unidades agropecuárias tem 147.171 hectares que se dividem em diversos ramos econômicos: as lavouras temporárias apresentam 157 unidades, que representam 19,03% dos estabelecimentos, 59.492 hectares são usados para tal produção, ou seja, 40,42% da área utilizada. A horticultura e a floricultura têm nove unidades, que vem totalizar 1,09% do estabelecimento, detendo uma área de 761 hectares, ou 0,52% da área total. Já as lavouras permanentes somente possuem cinco unidades, que totalizam 0,61% dos complexos agropecuários, com uma área de 669 hectares, ou 0,45% da área absoluta (: Censo IBGE, 2010).

A pecuária e criação de outros animais têm 631 estabelecimentos que correspondem a 76,48% das unidades, com área utilizada de 76.189 hectares, representando 51,77%. A produção florestal - floresta plantada tem 18 complexos, que detêm 2,18% dos estabelecimentos, uma área de 9.735 hectares correspondente a 6,61 % da área total; por fim, a produção florestal - florestas nativas têm cinco estabelecimentos, que equivalem a 0,61%, com uma área de 325 hectares, ou seja, 0,22% da área total. Ainda no Censo Agropecuário de 2006, levando-se em conta os 825 estabelecimentos agropecuários, pode-se afirmar que 588 são proprietários (71,27%), com uma área utilizada de 129.993 hectares (88,33%). Tem-se ainda 129 assentados sem titulação definitiva (15,64%) do total, ocupando uma área de 3.333 hectares (2,26%); os arrendatários compõem 76 estabelecimentos rurais (9,21%) e utilizam 12.107 hectares (8,23%). O sistema de parceria tem 6 unidades (0,73%) dos estabelecimentos, utilizando 0,78% do total ou 1.155 hectares. Os ocupantes detêm o número de 18 unidades (2,18%) da totalidade dos estabelecimentos agropecuários, estando presentes em 582 hectares (0,40%) do total de terras da Cidade. Finalizando, os produtores sem área são representados por 8 estabelecimentos (0,97%) (Censo IBGE, 2010).

Em relação aos 825 estabelecimentos agropecuários, as lavouras permanentes são 82 unidades (9,93%) e as temporárias são 382 unidades (46,30%). A plantação de forrageiras para corte é de 56 unidades (6,78%). O cultivo de flores é de uma unidade (0,12%) (IBGE, 2010). Considerando as matas e/ou florestas caracteriza-se a seguinte situação: naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal -131 unidades (15,87 %); natural exclusiva área de preservação permanente e as sem sistemas agroflorestais - 258 unidades (31,27%); plantadas com essências florestais - 59 unidades (7,15%) (EMATER –RS, 2012).

Os dados da Produção Agrícola Municipal 2011 apresentam os seguintes indicadores: arroz em casca, principal produto produzido no Município (68%) fica com uma área plantada de 41.817 hectares, uma produção de 327.845 toneladas e valor aproximado de R\$ 140.970.000,00. Em segundo lugar, vem a soja em grão (28%), com uma área plantada de 18.000 hectares, uma produção de 36.000 toneladas e valor da produção R\$ 25.200.000,00. A seguir vem o trigo (3,1%) com uma área plantada de 1.900 hectares, uma produção de 3.762 toneladas e valor da produção R\$ 1.768.000,00 (EMATER -RS, 2012).

Com base nesses valores conclui-se que a zona rural de Arroio Grande, no que tange à agricultura, 64,8% é destinada ao plantio de arroz, 27,9% à soja e 2,9 % ao trigo, somando 95,6 %, restando para as demais culturas (sorgo, milho, melancia, cevada, batata doce, feijão, mandioca, pêssego, melão e fumo) apenas 4,4%. No Rio Grande do Sul, segundo o Censo Agropecuário de 2006, o total da área utilizada em atividades agropecuárias é de 19.707.572

hectares, sendo divididas em três grandes atividades: as lavouras que utilizam 7.238.843 hectares (36,75%), as pastagens que possuem 8.955.229 hectares (45,45%) e por fim, as matas e florestas com 2.676.805 hectares (13,60%). (EMATER -RS, 2012).

Conforme o IBGE, na Produção da Pecuária Municipal 2011, destacam-se as seguintes espécies de animais: Bovinos com 120.434 cabeças; Ovinos 28.607, Equinos 3.893, Suínos 2.928 e Caprinos 334 cabeças. Em percentual, todas essas espécies juntas representam um total de 99,9%, restando apenas 0,1% para os Bubalinos, Asininos e Muares. Ainda valendo-se dessa fonte, percebem-se alguns dados relevantes: 2.412 vacas ordenhadas com uma produção leiteira de 3.522.000 litros; criação de galinhas destinadas à produção de ovos 9.036 cabeças, com uma produção de 141.000 dúzias. Outros dados em destaque: produção de 8.580 kg de mel de abelha e produção de 64.761 kg de lã.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2010 sobre a criação de animais do Rio Grande do Sul, segue abaixo as espécies mais desenvolvidas: bovinos com 11.148.126 cabeças; ovinos 3.326.584; bubalinos 125.128; suínos 5.827.195 e caprinos 125.128 cabeças, e a produção de aves (galinhas, galos, frangas e frangos) 156.201 animais. Os indicadores da produção de origem animal são os seguintes: produziu-se cerca de 2.746.710 de litros de leite, extraíram-se 10.704 de toneladas de lã e se produziu 388.765 ovos de galinha. Embora não determinante, ressalta-se o maior poder aquisitivo financeiro da população urbana do Município. O valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes da zona rural é levemente menor do que da zona urbana. Conforme os indicadores do Censo de 2010, no campo o valor médio foi de R\$ 1.485,75 per capita, 3,63% menos do que o valor médio da cidade, de R\$ 1.541,60.

O fato da metade da economia estar diretamente ligada ao meio rural e a outra metade dependente em grande parte do campo, isso não impediu o decréscimo da população rural, fenômeno visto regional e nacionalmente nas últimas cinco décadas. Nos anos 60, a população de Arroio Grande residente no campo era predominante, com 55,3% ou 8.926 habitantes do total de 16.140. Década a década esse percentual foi diminuindo. Em 1970, dos 18.210 habitantes, 9.035 (49,61%) moravam no meio rural. Nas décadas de 80 e 90, o percentual caiu para praticamente um terço. Em 80, moravam 5.858 (35,2%) habitantes no meio rural frente à população total de 16.653. Em 91, a população total aumentou 9%, passando para 18.151 habitantes, mas o meio rural teve diminuição de 21%, somando 4.651 (34,4%) (IBGE/ 2010).

O decréscimo da população rural voltou a se acentuar nos anos 2000-2010. Pelo Censo IBGE de 2000, o número de residentes na zona rural era de 3.460 habitantes ou 18%

frente aos 19.152 no total. O Censo IBGE de 2010, revelou que esse número caiu para 13% ou 2.385 habitantes do campo para 18.470 no total. Num prazo de 10 anos, 31,1% da população rural do Município saiu do campo. Também nesse ano verificou-se a diminuição de 3,5% do número de habitantes totais.

Comparando os Censos do IBGE dos anos de 2000 e de 2010, especificamente, os dados relativos às famílias residentes em domicílios particulares rurais, nota-se decréscimo. Uma redução de 45,5%, de 1.232 para 671 famílias. Embora tenha ocorrido também na Cidade, os percentuais foram bem menores, próximos a 8%. Esse fenômeno ocorreu também no Estado, mas com uma redução bem menor, de 15,5%. De 570 mil famílias em 2000 para 481 mil em 2010.

A composição familiar rural de Arroio Grande também sofreu alteração significativa. Em 2010, deixaram de existir famílias com somente 1 pessoa, número que em 2000 era bastante representativo, com 254 (20%) do total. Em compensação, aumentou percentualmente as famílias com 2, 3 ou 4 pessoas, embora em termos absolutos o número de famílias tenha diminuído em praticamente todas as faixas. Famílias compostas por 2 a 4 pessoas correspondiam em 2000 a 66,6% do total. Em 2010 o percentual passa para 84,9%. Número semelhante ao do Estado, com 74,4% em 2000 e 88,8% em 2010. Dos moradores do campo no Município, há uma leve predominância masculina. O Censo de 2010 contou uma população residente no espaço rural de 1.337 (56%) homens para 1.048 (44%) mulheres. Embora maioria, os homens são percentualmente os menos alfabetizados, 81% contra 87,5% das mulheres. No Estado a percentagem dos alfabetizados é praticamente idêntica: 89,9% dos homens e 89,6% das mulheres (IBGE, 2010).

A EMATER /RS, durante o ano de 2012, realizou um levantamento sobre dados da população rural de Arroio Grande. Nesse “Estudo de situação” obteve informações precisas sobre realidade campesina. No que tange ao tipo de público rural-famílias tem-se: assentados 142 famílias (11,02%); pecuarista familiar: 225 famílias (17,46%); pescadores: 164 famílias (12,72%) e agricultores familiares 758 famílias (58,81%). Verificou-se que na zona rural há 298 pessoas aposentadas.

A população total do Município é de 18.470 habitantes, sendo 2.387 moradores do meio rural (12,92%) e 16.083 moradores do meio urbano (87,08 %). Destacam-se na população rural as seguintes categorias: crianças: 609 (25,51%) sendo 290 (47,61%) do gênero masculino e 319 (52,39%) do gênero feminino. Jovens: 155 (6,49%), sendo 106 (68,39%) do gênero masculino e 49 (31,61%) do gênero feminino. Adultos: 1.325 (55,51%), sendo 742 (56,00%) do gênero masculino e 583 (44,00%) do gênero feminino. Idosos: 298

(12,49%), sendo 199 (66,78%) do gênero masculino e 99 (33,22%) do gênero feminino. Conclui-se que, em relação à população rural do Município por categoria, há a predominância de adultos com 55,51% e ainda a maioria 56% do gênero masculino.

O Município apresenta predominantemente casas de alvenaria (90%), restando ainda algumas casas mistas e de madeira, principalmente em granjas (destinadas a funcionários) e também em alguns assentamentos da Reforma Agrária. Já em relação ao saneamento básico na área rural, o Município passa por processo de adequação em virtude das leis ambientais, que proíbem a queima e o aterramento do lixo, prática muito comum, tendo em vista que ainda não há coleta seletiva. Na zona rural do Município, predominam cacimbas e poços comuns, com qualidade imprópria para o consumo humano e sem a quantidade suficiente para o consumo anual.

Arroio Grande, atualmente, possui energia elétrica em toda sua zona rural, com boa qualidade, sofrendo pequenas quedas de corrente devido à alta demanda de energia. As estradas rurais do Município totalizam 1.405 Km, sendo 95 Km de jurisdição estadual (6,76%) e 1.310 Km de responsabilidade municipal (93,24%). A situação atual em ambas no momento é de dificuldade de tráfego. A zona rural do Município tem insuficiência de comunicação devido a telefonia e a internet não estarem disponível com qualidade. O Município conta com duas emissoras de rádio (uma AM e uma FM) e quatro jornais locais.

2.2 A educação do campo na rede municipal de ensino de Arroio Grande: cenários de investigação

Conforme informaram o Secretário de Educação e os membros da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, o município de Arroio Grande possui sistema próprio de Ensino, desde o ano de 2011. Assim, suas ações não estão mais subordinadas à 5.^a Coordenadoria Regional de Educação.

No município de Arroio Grande, o número de escolas do campo foi reduzido pela metade, levando-se em conta dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, em relação ao número de escolas existentes no milênio anterior. Tal fato teve múltiplas causas dentre as quais as mais significativas, segundo os informantes, foram o êxodo rural e as políticas de nucleação implementadas no estado do Rio Grande do Sul, especialmente no final da década de 1990.

Conforme dados fornecidos na Secretaria Municipal de Educação de Arroio Grande, até o ano de 2012 havia um coordenador pedagógico que atuava especificamente junto às escolas do campo, dado que chamou a atenção, uma vez que a legislação educacional recomenda atenção diferenciada à oferta de ensino em áreas rurais brasileiras.

Na modalidade de Educação do Campo, a rede pública municipal de ensino mantém uma escola de Ensino Fundamental incompleto (anos iniciais) de organização multisseriada e duas escolas de Ensino Fundamental completo, sendo que uma delas tem autorização para funcionar somente até o 5.º ano.

Ao abordar-se a educação do campo em Arroio Grande, é necessário lembrar uma das grandes conquistas celebradas no ano de 2012 – a Lei Municipal N.º 2.614/2011 que instituiu o Plano de Carreira do Magistério Público do Município, em vigor a partir de 01/ 01/2012. Tal documento prevê no art. 43 da Seção II que o profissional de educação lotado em escola de difícil acesso – dependendo da área rural em que se localiza - deve receber como gratificação de 5%, 10% ou 20% sobre o vencimento básico.

O mesmo documento determina, também, no artigo 45 da Seção IV - que trata sobre gratificação pelo exercício em escolas multisseriadas - que o Profissional de Educação, desempenhando suas funções em Classe multisseriada, perceberá 20% de gratificação calculada sobre o vencimento básico.

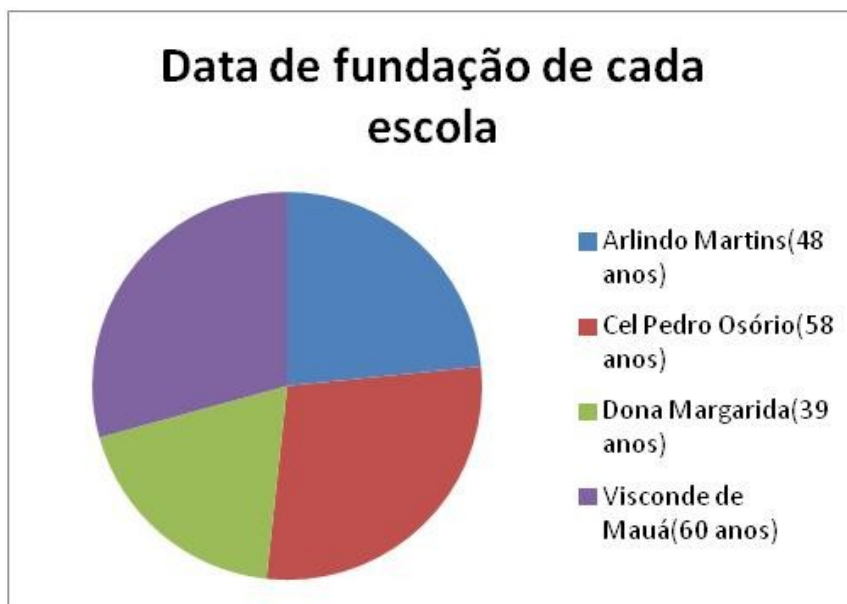
Os gestores das Escolas do Campo de Arroio Grande precisam ser concursados e pertencerem ao quadro do Magistério Público Municipal. São cargos de confiança, indicados pelo Prefeito, conforme Lei Municipal.

O município de Arroio Grande mantém três escolas situadas em áreas rurais: A Escola Municipal de Ensino Fundamental Arlindo Martins, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Visconde de Mauá e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dona Margarida Maichê Sallaberry. Cabe ressaltar que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Coronel Pedro Osório encerrou suas atividades no ano de 2013, por esta razão, a única professora que atua nessa instituição de ensino não foi envolvida nos espaços de formação propostos a partir dos resultados da pesquisa diagnóstica, conforme decisão da Secretaria Municipal de Educação.

Questionados sobre as datas de criação de cada unidade escolar, os membros da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação forneceram informações que revelaram que as quatro instituições de ensino funcionam há bastante tempo, e que há mais de 39 anos a rede

pública municipal não amplia a oferta de ensino na área rural, tal como se pode verificar no gráfico que segue.

Figura 1 - Tempo de Fundação



Fonte: Secretaria Municipal de Educação/ 2013

Segundo informações coletadas junto à Secretaria Municipal de Educação, a rede municipal de Arroio Grande atende um total de 198 alunos na zona rural, distribuídos em 4 escolas.

Figura 2- Alunos por Escolas

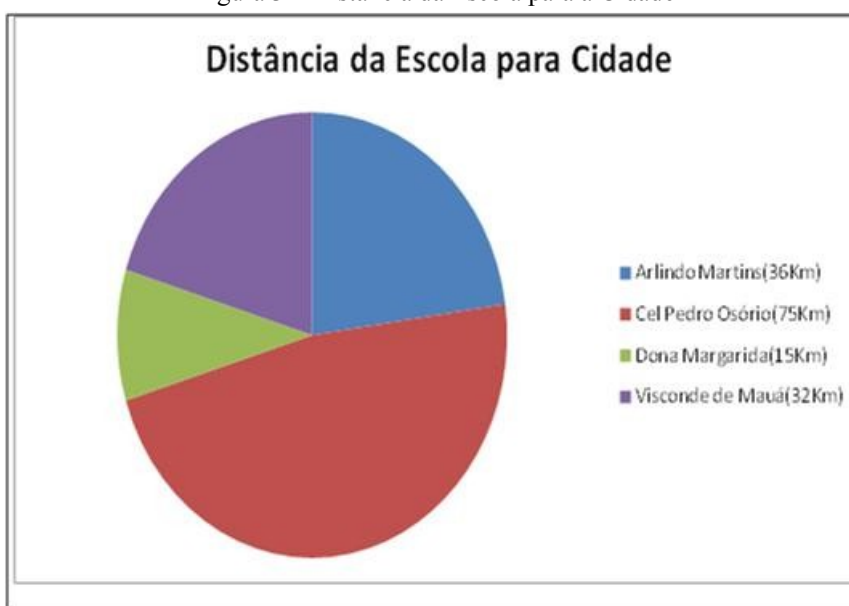


Fonte: Secretaria Municipal de Educação/ 2013

No que tange ao número de alunos atendidos por professor, verifica-se que na zona rural tem-se, em média, 4,9 alunos por professor, enquanto na zona urbana a média varia entre 20 a 30 alunos. A figura abaixo mostra esta relação de alunos por professor.

Com relação à distância de cada Escola à sede do Município, verificou-se que alguns transportes percorrem longos percursos, uma vez que suas rotas incluem a entrada em vários corredores vicinais. Esta distância pode ser visualizada na figura 3 que segue.

Figura 3 – Distância da Escola para a Cidade



Fonte: Secretaria Municipal de Educação/ 2013

De acordo com a Lei Municipal nº 2.614/2011, o cargo de Diretor de Escola, padrão GD1, consta na Lei como requisito básico para preenchimento do cargo: ser professor ocupante de cargo de “provimento efetivo” e ter experiência docente mínima de 2 (dois) anos. No entanto, observa-se que, na realidade, há em Arroio Grande duas escolas do campo em que as diretoras não fazem parte do quadro de carreira do magistério, ou seja, seu contrato de trabalho tem amparo na CLT, sendo que em uma dessas escolas, a Diretora preenche os requisitos exigidos no Plano de carreira; na outra escola, a diretora assumiu o cargo como CC (cargo de confiança).

Figura 4 – Regime de Ingresso de Gestores das escolas



Fonte: Secretaria Municipal de Educação/ 2013

A partir dessas informações, constata-se que somente uma das quatro diretoras preenche os requisitos básicos exigidos pela Lei Municipal.

Quanto ao tempo de atuação em cargo de direção, um membro da equipe técnica da Secretaria Municipal de educação informou que a maioria das gestoras são inexperientes, uma vez que atuam há menos de um ano no cargo.

Figura 5 - Tempo de Fundação



Fonte: Secretaria Municipal de Educação/ 2013

Em relação ao Plano de Carreira, o cargo de Vice-diretora, padrão GD2, não especifica requisitos mínimos exigidos, referindo apenas as atribuições e condições de trabalho.

No cargo de Supervisor Escolar, padrão GD3, além da síntese de deveres, vasto exemplo de atribuições e condições de trabalho, consta também que há alguns requisitos para preenchimento do cargo, como “Formação em Curso, Curso Superior de Pedagogia com habilitação específica em, pelo menos, uma das seguintes áreas: administração, planejamento, inspeção ou supervisão educacional; curso superior de licenciatura plena para educação básica e pós-graduação em pelo menos qualquer uma dessas áreas: administração, planejamento, inspeção ou, supervisão escolar e ter docência mínima de 2 (dois) anos.

Apresento no que segue dados obtidos junto à SME que caracterizam cada uma das unidades escolares investigadas:

A Escola E.M.E.F. Arlindo Martins

Localizada no 3.º Subdistrito da Palma

Arroio Grande / RS CEP. 96.330.000

Decreto de Criação: Nº 36 de 10/09/1965

Resolução: Nº 111/74

Instalada em: Março de 1965

Decreto de denominação: Nº 36 de 10/09/1965

Portaria de reorganização: Nº 44317 – 10/09/1965

Órgão Mantenedor: Prefeitura Municipal de Arroio Grande – RS

Esta escola foi criada no ano de 1965, primeiramente com o nome de Escola Municipal Santa Terezinha, localizada no 3.º subdistrito na Palma, distante 30 km da Sede Municipal de Arroio Grande. Em 1961 foi doado um terreno de 5.600m², com 80m comprimento por 70 m de largura, para o Estado do Rio Grande do Sul, para a construção de um prédio para o funcionamento da Escola.

A Escola tem 19 alunos, 3 Professoras, 1 merendeira e 1 monitor de disciplina. A E. M. Arlindo Martins é assim dividida: uma sala de aula para 2º e 3º ano, outra para 4º e 5º ano e uma sala para a direção onde trabalha com o 1º ano e pré-escolar, uma cozinha e dois banheiros.

A Escola Arlindo Martins, trabalha com turmas Multisseriadas: Pré-escola e 1º ano, 2º e 3º anos e 4º e 5º anos. O horário de funcionamento da escola é das 8h às 12h, de segunda

a sexta-feira e por vezes aulas também aos sábados. A escola encerra o ano letivo com 200 dias, respeitando a legislação.

E.M.E.F. Visconde de Mauá

Localizada no 2.º subdistrito, na estrada da solidão Granja Arroio Grande

Arroio Grande / RS CEP. 96.330.000

CNPJ 01.858.734/0001-79

Decreto de Criação: Nº 29/53

Decreto de denominação: Nº 012/99

Portaria de Autorização e Funcionamento: Nº44319/84

Decreto de autorização e Funcionamento: Nº12-04/12/9

Órgão Mantenedor: Prefeitura Municipal de Arroio Grande – RS

A comunidade da Granja Arroio Grande está inserida numa região em que bem próximo tem a Praia da Granja, distante a uns 15 Km do Farol da Ponta Alegre, um dos pontos turísticos de Arroio Grande. É de suma importância lembrar a segurança que a Granja oferece aos moradores daquela localidade, pois, para entrar na localidade, há uma guarita, um guarda e uma cancela que fica fechada e só é aberta mediante identificação.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Visconde de Mauá, abrange uma clientela, na grande maioria rural, diversificada quanto às suas características sociais, econômicas e culturais, pois abrange filhos de pequenos proprietários, de pecuaristas, de biscateiros e desempregados.

A escola por estar localizada em um prédio privado e em propriedade particular tem algumas restrições, mas é oferecida aos alunos uma ótima estrutura com salas amplas e arejadas, pátio descoberto, um auditório, 9 salas de aula, banheiros masculino e feminino, sala com banheiro para educação infantil, cozinha e refeitório, uma área grande ao redor do prédio com praça e campos de futebol além de uma quadra de futsal.

A Escola atende 116 alunos na idade entre 05 e 17 anos, distribuídos entre a Educação Infantil e o 9º ano. No corpo discente conta com 9 alunos na pré-escola, 8 alunos no primeiro ano, 7 alunos no segundo ano, 15 alunos no terceiro ano, 14 alunos no quarto ano, 14 alunos no quinto ano, 11 alunos no sexto ano, 16 alunos no sétimo ano, 14 alunos no oitavo ano e 8 alunos na oitava série, totalizando 116 alunos.

O corpo docente é formado por 21 professores, 4 funcionários e 3 motoristas. O horário de funcionamento da escola é das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira e por vezes

aulas também aos sábados. A escola encerra o ano letivo com 200 dias, respeitando a legislação.

E.M.E.F. Dona Margarida Maichê Sallaberry

Localizada no Distrito de Pedreiras, no Assentamento Novo Arroio Grande
Arroio Grande / RS CEP. 96.330.000

Localizada no Distrito de Pedreiras, no Assentamento Novo Arroio Grande
Arroio Grande / RS CEP. 96.330.000

Decreto de Criação: 40 – 16/08/1974

Portaria de Autorização e Funcionamento: nº 44319 de 10/07/1984

Decreto de Alteração de nome: Decreto Municipal nº 380 de 31/ 10/ 2013

Órgão Mantenedor: Prefeitura Municipal de Arroio Grande – RS

A escola localiza-se a 15 km da zona urbana, no Assentamento Novo Arroio Grande, criada em 1997, com a vinda de 85 famílias do MST para os 1,65 mil hectares, média de 20 hectares por família. Em 24 de abril de 1998 começou a funcionar a Escola em caráter emergencial, na sede da antiga fazenda Santa Rosa.

Hoje a Escola possui 63 alunos, oriundos de assentamentos. Os alunos, além de suas disciplinas que fazem parte da grade curricular, ainda recebem oficinas de Música, Informática e Técnicas Agrícolas.

Na escola estudam alunos na Educação Infantil, 1.º ano, 2.º ano, 3º ano, 4.º ano, 5.º ano, 6.º ano, 6.ª série, 7.ª série e 8.ª série. Conta com 19 (dezenove) profissionais da área, entre eles: Direção e vice direção, coordenadora pedagógica, 16(dezesseis) professores regentes de classe, 1 (uma) servente, 1 (uma) merendeira , 1 (um) zelador e um inspetor de disciplina.

O corpo discente é composto por 63 alunos oriundos da própria localidade. A maioria usa o transporte gratuito, oferecido pela Prefeitura Municipal. Atualmente a escola conta com 1 prédio, onde estão distribuídos. Uma sala onde funciona a secretaria, sala de direção e coordenação; 1 (uma) sala de professores e funcionários; 1 (um) Refeitório; 1 (uma) Cozinha; 3 (três) banheiros; 1 (um) Almoxarifado; 1(uma) Biblioteca; 8 (oito) salas de aula; e 1 (uma) Sala de informática. O horário de funcionamento da escola é das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira e por vezes aulas também aos sábados. A escola encerra o ano letivo com 200 dias, respeitando a legislação.

2.3 Algumas indicações dos resultados da Pesquisa Diagnóstica

As informações foram obtidas através de entrevistas realizadas com os gestores de três escolas do campo da rede municipal de Arroio Grande e formuladas, a partir de demanda apontada pelo Secretário de Educação. A análise das respostas dos informantes possibilitou concluir que nenhuma das escolas possuía PPP e que todas desconheciam o tipo de metodologia a ser adotada para que fossem dados os primeiros passos na construção de um PPP.

Entendia-se que a participação da comunidade restringia-se apenas às entregas de boletins e presença nas festas realizadas, ou seja, quando convidados pela gestão e/ou professores. Todos os informantes afirmaram a importância de a escola ter um PPP próprio pela necessidade de cumprir uma exigência legal, e não o concebiam como um orientador das atividades de ensino a serem implementadas coletivamente. Nesse sentido de trabalho em equipe Cury diz:

Não navegue mais sozinho. Não seja auto-suficiente. Treine dividir o barco de sua vida com seus íntimos. Treine penetrar no barco de alguém [...]. Uma mão lava a outra. A família deve ser uma grande equipe. Os colegas de trabalho deve ser uma grande família. A gestão participativa em qualquer esfera social expande as soluções e transforma o ambiente num oásis. Trabalhar em equipe é uma arte. (2001, p. 51)

Do total, praticamente 100% dos alunos são residentes do meio rural e sempre que a comunidade se faz presente, busca-se saber o que os pais querem para os filhos e se esse “querer” é condizente com as aspirações dos próprios alunos.

Sobre a lei 9394/96 a grande maioria dos gestores tem um conhecimento quase que superficial, do tipo “já ouvi falar”. Já sobre a legislação que trata especificamente da Educação do Campo, se verificou haver um completo desconhecimento das mesmas.

A partir dos resultados da pesquisa diagnóstica, foi elaborado um Plano de Intervenção, construído com a finalidade de contribuir na formação necessária para que gestores/ professores de cada unidade escolar reconhecessem a importância de elaborar PPPs próprios para cada escola, bem como desencadeassem esse processo de construção junto às comunidades.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O papel do gestor na construção de um PPP

O gestor tem presença fundamental na construção dos PPPs. Tendo em vista o compromisso com a aprendizagem dos estudantes, gestores e professores de cada escola realizam o diagnóstico que caracteriza a realidade de vida e de trabalho das famílias que residem na área rural em que essa se situa, com vistas à identificação de demandas, interesses e desafios. Os dados gerados nesses estudos devem ser partilhados e analisados com a comunidade escolar, pois são fundamentais para as decisões a serem coletivamente tomadas do que deve ou não ser contemplado nos PPPs de cada unidade escolar. De acordo com Paro,

O gestor escolar tem de se conscientizar de que ele, sozinho, não pode administrar todos os problemas da escola. O caminho é a descentralização, isto é, o compartilhamento de responsabilidades com alunos, pais, professores e funcionários (2008, p.130).

Para o planejamento é importante que todos participem, sugiram e intervenham quando necessário. Os gestores devem desempenhar tanto o papel de líder como de mediador desses processos. Destaca-se que desde a promulgação da LDB de 1996, toda escola deve ter um PPP e o diretor/gestor é quem deve conduzir sua criação. Nesse sentido,

A gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados. Objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições estruturais, funcionais, materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais (LÜCK, 2006 p. 25).

O PPP de uma escola deve traduzir todas as aspirações da comunidade escolar (equipe diretiva, professores, funcionários, pais e alunos) em forma de um documento claro e preciso. Um dos objetivos primordiais é transformar, dentro do possível, a realidade cotidiana para melhor. Veiga destaca:

O projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos (2003, p. 275)

A construção do PPP deve implicar transformações, nas quais seus membros são parceiros na busca de um mesmo propósito. Sobre PPP Demo se refere assim a essa questão:

Existindo projeto pedagógico próprio, torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. É possível lançar desafios estratégicos como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência (1998, p. 248).

3.2 Educação rural e a educação do campo

A história mostra que as primeiras formas de educação nasceram no meio familiar. Enguita (1989, p. 105) afirma que “na economia camponesa, mesmo em nossos dias, a sede social e para o trabalho continua sendo a família”. Mas com o passar do tempo e influências diversas surgiram instituições, como a igreja e as escolas, que assumiram o papel de se responsabilizarem pela educação formal.

Dessa forma, a educação destinada aos “camponeses” teve sua origem marcada pelo atendimento dos interesses dos “senhores da terra”, a fim de que se perpetuasse o controle sobre as pessoas que nela trabalhavam e viviam.

Conforme Leite (2002, P.28), as tentativas de efetivação da Educação Rural foram iniciadas na sociedade brasileira, “por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo”.

A Educação rural sempre esteve em segundo plano devido a questões ideológicas e não ser uma prioridade da elite dominante, que achava que a educação era para as pessoas da cidade e não para os moradores da roça.

A partir de uma visão ideológica discriminatória, estabeleceu-se que a escola rural só deveria desenvolver saber de pouca utilidade, ou seja, relacionados às lidas campeiras e agrárias, visando apenas a própria subsistência. Tal política era exploratória de mão de obra e interpunha obstáculos para o deslocamento do homem do campo para a cidade, visto que seus conhecimentos os colocavam à margem do mercado de trabalho.

Essa educação chamada “Rural” visava à fixação do homem no campo explorando intencionalmente o trabalho manual dos camponeses nas grandes lavouras. Sendo assim, fica evidente a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Sobre essa separação de “trabalhos” Jacob Gorender afirma que:

A produção do trabalho alcança um patamar superior quando se separam o trabalho manual do trabalho intelectual. Este último passa a ser função privilegiada de certo segmento da classe dominante, o qual se dedica a pensar. A tarefa exclusiva de pensar se enobrece, enquanto se envilecem as tarefas exigentes de esforço físico, entregues aos indivíduos das classes dominadas e exploradas. (2007, p. 28)

A Educação Rural, através de movimentos sociais, passou a exigir um olhar diferenciado para o campo, um olhar que contemplasse as necessidades e aspirações campesinas, buscando entender seus desejos, suas problemáticas, a fim de que esta educação se volte realmente para os camponeses. Além disso, os movimentos sociais, mais precisamente o MST, têm um projeto de educação que está atrelado à construção de um projeto político que vise à transformação social. Mészáros (2005) afirma:

A nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo (...). E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso (p. 76)

Foi na Constituição Federal de 1988 que a igualdade de direitos sobre a educação desencadeou um processo de luta para que cada vez mais as pessoas tenham respeitados seus saberes, cultura e particularidades dos lugares onde vivem. Nasce aqui as expressões Educação do Campo/ Educação no Campo que reconhecem uma significativa diferenciação entre ambas.

Segundo Caldart, a população do campo precisa de uma educação que seja No e Do campo, nomenclatura que a autora esclarece da seguinte forma: “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (2002, p. 18).

O modelo proposto pela Educação Rural ainda está distante da proposta reivindicada pelos movimentos sociais para as comunidades campesinas. A educação básica do campo que

os movimentos sociais buscam e para a qual lutam vai além dos interesses econômicos, que valorize o desenvolvimento sociocultural, e que esses povos que moram e trabalham no campo tenham uma vida digna e uma organização capaz de resistir a quaisquer atos exploratórios ou de expropriação.

A partir do exposto, vão se clareando as diferenciações entre a Educação Rural e a Educação do Campo. Elas são distintas. A Educação do campo tem “o desejo de superar a existência dessas pessoas e motiva os formuladores de políticas públicas a pensarem estratégias, não para a construção de uma proposta pedagógica que reconheça a diferença como possibilidade de aprender, mas para sua negação e silenciamento” (PINHO, 2009, p. 8).

A Educação do Campo na última década vem sendo contemplada, através de políticas públicas, com projetos educativos, programas e propostas, aspectos que caracterizam as especificidades de vida e de trabalho dos povos do campo. Foi, através de muitas lutas, que os movimentos sociais do campo e os sindicatos dos trabalhadores rurais celebraram, em 2002, a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer n.º 36/2001 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional de Educação), primeiro instrumento legal formulado na direção de atender as recomendações do 1.º e do Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96). Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar; por parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Artigo 26, LDB).

O desafio que se impõe às escolas do campo brasileiras é a criação de projetos pedagógicos adequados às realidades que caracterizam os diferentes territórios rurais do país, na direção de atender ao disposto no Artigo 28 da LDB/ 1996, cujo texto estabelece que “na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural de cada região”.

De fato, é de extrema importância que essa base legal seja observada para que os currículos das escolas do campo contemplem as peculiaridades de cada região e as especificidades de cada comunidade rural, pois a identidade da escola do campo se define a partir das pessoas a quem ela se destina, considerando sempre os saberes e as experiências socioculturais de seus alunos. Os movimentos sociais do campo têm empreitado muitas lutas em defesa da construção de projetos educacionais voltados às demandas e aos interesses das comunidades, única forma de garantir o fortalecimento das identidades dos povos do campo. A partir da aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica na Escola do Campo, em 2002, os governantes passaram a pensar na formulação de Programas e de

políticas que viessem a garantir o acesso à educação básica e profissional dessa significativa parcela da população brasileira.

Nos artigos 1.º e 2.º das Diretrizes Operacionais ressalta-se que esse instrumento legal se constitui em um conjunto de princípios e procedimentos que devem ser observados nos projetos das escolas que integram os diversos sistemas de ensino e que visam a adequar o projeto institucional das escolas do campo nos diferentes níveis e modalidades das leis nacionais de educação. Por seu lado, o texto do artigo 4.º do mesmo documento recomenda a adequação da proposta pedagógica da escola do campo na direção de garantir o respeito e a valorização dos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero e geracionais que caracterizam as comunidades rurais. As Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, aprovadas em 28 de abril de 2008, propõem que as instituições de ensino situadas nas áreas rurais brasileiras devem buscar contemplar nos seus currículos as experiências de vida e de trabalho das comunidades rurais que atendem. Em 20 de março de 2012, foi implementado o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).

Os movimentos sociais têm discutido bastante com o firme propósito em verem efetivado um modelo de educação bem diferente do modelo da Educação Rural, eles reivindicam uma educação básica para o homem do campo que seja:

Voltada ao interesse e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade e para que, organizados, resistam contra a exploração e a expropriação, ou seja, este do campo tem o sentido do pluralismo das ideias e das concepções pedagógicas: diz respeito à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira (KOLLING, NERY e MOLINA 1999, p. 28).

3.3 A gestão democrática como princípio do Projeto Político Pedagógico

O Brasil é um País de extensão continental e por isso apresenta uma diversidade e uma desigualdade ainda significativa tanto no campo econômico como no aspecto cultural. Essa realidade ainda não foi completamente equacionada, mas através de muitas lutas e de vários movimentos sociais tem conseguido diminuir essas diferenças. A partir dos anos 80, a palavra democracia passou a ser usada para a obtenção de diversas conquistas no plano político e também no campo social.

A democratização da educação começou a ser perseguida pelos educadores a fim de o ensino ministrado ter uma melhor qualidade como também o acesso das classes menos favorecidas aos bancos escolares.

A gestão democrática da educação que se viu, conceitualmente, até agora vai ao encontro do que dizem Bordignon & Gracindo sobre a gestão democrática da educação: “trabalha com atores sociais e suas relações com o ambiente, como sujeitos da construção da história humana, gerando participação, co-responsabilidade e compromisso” (2001, p.12).

Pensar um projeto de educação implica pensar o tipo e qualidade de escola, a concepção de ser humano e de sociedade que se pretende construir. O Projeto Político Pedagógico é a própria organização do trabalho pedagógico escolar como um todo em suas especificidades, níveis e modalidades. Veiga enfatiza que na palavra projeto há uma intencionalidade que “está contida uma intencionalidade, que ainda é um *vir-a-ser* e, ao mesmo tempo, designa o que será feito. Assim, a palavra projeto significa tanto o que é proposto para ser realizado quanto o que será feito para atingi-lo” (2004, p. 77)

Para a construção de uma escola pública de qualidade necessita-se superar muitos fatores a fim de que possa cumprir o seu verdadeiro papel, que é o de educar para o exercício pleno da cidadania e seja um instrumento de possível transformação social, isso por meio do processo ensino-aprendizagem.

O Projeto Político Pedagógico precisa ser construído baseando-se nas diferenças que existem entre os autores, sejam eles professores, equipe técnico-pedagógico-administrativa, pais, alunos, funcionários e representantes da comunidade. É, portanto, fruto de muita reflexão e investigação. Veiga fala sobre a articulação fundamental do instituído com o instituinte como forma de possibilitar a ampliação dos saberes.

O projeto político pedagógico é mais do que uma formalidade instituída: é uma reflexão sobre a educação superior, sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, a produção e a socialização dos conhecimentos, sobre o aluno e o professor e a prática pedagógica que se realiza na universidade. O projeto político pedagógico é uma aproximação maior entre o que se institui e o que se transforma em instituinte. Assim, a articulação do instituído com o instituinte possibilita a ampliação dos saberes. (2004 p. 25)

Para Veiga o Projeto Político Pedagógico, carregando o caráter de projeto de sua origem etimológica latina (*projectu*), deve dar um rumo, uma direção à instituição. Alia-se à autora, quando ela destaca o caráter político e pedagógico deste documento:

... uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político, no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (1996, p.12)

No que tange à dimensão pedagógica concorda-se com Saviani que diz:

A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica.. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (1983, p.93)

A construção de um PPP não pode ser vista apenas como uma exigência legal, mas sim como um documento capaz de contribuir para a qualidade da educação, para isso os diversos segmentos que compõem as unidades escolares precisam ajudar a construí-lo, fazendo assim que o documento sirva de referência para práticas educativas que vão ao encontro dos interesses de cada comunidade escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB (9.394/96) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios da Constituição. Segundo leituras, a LDB foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934, mas somente foi criada em 1961 (LDB 4.024/61); logo após teve outra versão, em 1971, que vigorou até que a LDB (9.394/96) fosse promulgada.

A atual LDB (9.394/96) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 20 de dezembro de 1996. Baseada no princípio do direito universal à educação para todos a LDB de 1996 trouxe mudanças em relação às leis anteriores.

A LDB (9.394/96) estabelece, em seus artigos:

Art.13, está estabelecido que os docentes devem se incumbir de: participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Art.14, os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A legislação propôs, através de diferentes artigos, mudanças na educação do Brasil, com discursos que defendem a democratização e a autonomia da escola, dando ênfase a

importância da construção coletiva, ou seja, da participação e do envolvimento de todos os profissionais da educação e da comunidade escolar. São sugeridos que os conselhos escolares e grêmios estudantis sejam cada vez mais fortalecidos.

Surge assim, um novo modo de se pensar a gestão escolar. Um modelo de gestão baseado nos princípios de democracia, autonomia e construção coletiva. É a busca pela interação entre escola/ família/comunidade, que se poderia denominar de Gestão democrática ou democracia participativa.

Padilha (2007), ao esclarecer que a autonomia pressupõe a alteridade, a participação, a liberdade de expressão, o trabalho coletivo na sala de aula, na sala dos professores, na escola e fora dela.

A construção do PPP com a participação da Comunidade escolar é ação desencadeadora do processo de gestão democrática e a forma de construir um PPP pressupõe os diferentes modos de pensar a escola. Um PPP é a concretização de um plano de ação, tendo como enfoque básico as relações humanas, a partir de ações que contemplem os interesses coletivos.

O PPP tem se apresentado como importante ferramenta na busca de um avanço na qualidade de ensino; assim, a intenção da temática em questão está em mostrar a importância social do Projeto Político Pedagógico no contexto escolar, uma vez que o seu processo de construção e execução visa a planejar a ação presente com vistas à transformação e melhoria da realidade. Para Veiga “o projeto político pedagógico é visto como um documento programático que reúne as principais ideias, fundamentos, orientações curriculares e organizacionais de uma instituição educativa ou de um curso.” (2003, p.271).

O processo de construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) para a escola do campo tem que contemplar significados que orientem essa proposta pedagógica. De acordo com Salcides (2005), a legislação educacional brasileira contempla os ideais de uma educação que afirma o campo como lugar onde vivem sujeitos de direito, com diferentes dinâmicas de trabalho, de cultura, de relações sociais. Uma educação entendida como um instrumento de construção da hegemonia de um projeto de sociedade incluyente, democrático, plural e sustentável.

A elaboração conjunta de um PPP deve traduzir a vontade emancipatória da comunidade. O trabalho em equipe deve fazer parte do dia a dia e abrir espaço para a inserção dos saberes populares; essa verticalidade das decisões cede espaço para ações

críticas/reflexivas voltadas ao bem da comunidade escolar. O PPP apresenta-se como um processo participativo e democrático que envolve toda a comunidade escolar.

A organização do PPP é condição indispensável para uma gestão democrática, sendo considerado na Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010) como pilar para implementação dos mecanismos democráticos nas instituições de ensino.

O processo de construção do PPP deve contemplar os anseios e as necessidades básicas da comunidade onde a escola está inserida. A legitimidade da gestão democrática participativa está na independência de manifestação de cada um dos segmentos, pois o PPP não pode ser dissociado da realidade.

O PPP define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. Cabe aí destacar o papel do gestor que deverá ser capaz de coordenar com sensibilidade, liderança, competência, legitimidade e credibilidade, sua equipe a fim de que suas ações sejam bem sucedidas.

Gestão democrática e Projeto Político Pedagógico são temas intimamente entrelaçados e complexos, logo não é possível construir um Projeto Político Pedagógico coletivo sem a efetivação de uma gestão democrática, ao contrário, é pela gestão democrática que se constrói um projeto participativo.

Por fim, é importante destacar o papel do diretor, que passa de dirigente a coordenador nesse processo e, para alcançar os objetivos e as estratégias do PPP da escola, precisa ter liderança, competência, legitimidade e credibilidade, “pois a gestão democrática é um processo de coordenação de iguais, não de subordinados, portanto, escolher um diretor é escolher os rumos e a qualidade de processos de gestão da escola” (BORDIGNON & GRACINDO, 2004, p. 148).

Pressupõe uma ação e a palavra ação é justamente o oposto da inércia, do comodismo, logo, esperam-se do gestor educacional atitudes compromissadas de construir, de fazer, embora o que avistem diversas vezes são atitudes autoritárias, seguindo uma linha horizontal, em que os princípios democráticos não se inserem.

Fala-se muito em gestão escolar. Mas é comum ainda constatar entre os educadores a dúvida conceitual entre administrador, diretor ou gestor escolar. Vaz (2008) afirma que “atualmente, não se aborda mais o conceito de administrador; fala-se em gestor” e que “nessa perspectiva, a direção da escola deve ser entendida como um trabalho que se desenvolve no coletivo, com ampla participação de toda comunidade escolar”. Assim, “o gestor deve

proporcionar, no ambiente escolar, ações que viabilizem a participação de todos, de forma compartilhada, como também garantir a formação continuada de seus profissionais, contribuindo para a qualificação da prática pedagógica” (Vaz, 2008).

O princípio da gestão democrática está determinado na Constituição Federal (1988) e na LDB (1996). Ele deve ser desenvolvido em todos os sistemas de ensino e escolas públicas do país. A gestão democrática ativa a prática do espírito da Lei, por destacar a forma democrática na gestão dos sistemas e da escola, tornando-se um processo de construção da cidadania emancipada.

Nota-se que a maior resistência encontrada a essa postura pluralista está, em grande parte, na consequente distribuição de poder que ela enseja. Nesse sentido, ratificando a ideia da necessidade de desconcentração do poder, BOBBIO (1994) esclarece que “uma sociedade é tanto melhor governada, quanto mais repartido for o poder e mais numerosos forem os centros de poder que controlam os órgãos do poder central”. (1994, p.15)

4 METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO

A proposta metodológica utilizada aproximou-se a uma concepção de pesquisa-ação considerando, conforme Gil (2007), etapas de que se estendem desde a fase inicial exploratória “determinar o campo de investigação, as expectativas dos interessados, bem como o tipo de auxílio que estes poderão oferecer ao longo do processo de pesquisa” (P. 144).

O Curso de Mestrado Profissional em Educação oferecido pela UNIPAMPA – Campus Jaguarão visa contribuir para a capacitação de gestores, na apropriação de conhecimentos a serem aplicados para que qualifiquem suas atuações dentro do contexto da Educação Básica.

De acordo com a proposta do curso o trabalho se dividiu em três etapas:

1ª) Pesquisa diagnóstica - formulada e aplicada dentro dos padrões convencionais, sendo posteriormente apresentada e validada por docentes da Unipampa.

2ª) Sistematização e análise de dados – de posse de todas as informações necessárias para a confecção do Projeto de Intervenção, conforme o percentual obtido nas entrevistas formuladas, foi possível planejar adequadamente os passos iniciais do referido Projeto de Intervenção.

3ª) Formulação e execução de um Projeto de Intervenção intitulado “A construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo da rede municipal de Arroio Grande RS – Brasil”, constituído de dez encontros com as equipes gestoras das escolas do campo e da Secretaria Municipal de Educação.

Destaca-se que como forma de acompanhamento, registro e sistematização das atividades propostas, das interações desencadeadas e de todas as situações que surgiram foi criado um blog¹.

¹ Blog “A construção dos Projetos Políticos Pedagógicos da Rede Municipal de Arroio Grande/RS”. Disponível em: <<http://mestrado.blogspot.com.br/>>. Acesso em 14 de nov. 2014.

Após este levantamento e as pesquisas de campo com as análises das entrevistas e a tabulação dos dados foram construídas as primeiras ações do projeto de intervenção. Durante todo o processo, organizou-se um diário de bordo para registro dos encontros.

As ações do projeto de intervenção foram construídas coletivamente com todos os sujeitos envolvidos, com consultas de atividades em sites, periódicos, livros e experiências exitosas de outras escolas. A revisão bibliográfica aconteceu concomitante às atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de intervenção e no próprio processo de organização participativa das propostas. Gil (1999) destaca que “as fontes bibliográficas mais conhecidas são os livros de leitura corrente [...] existem muitas outras fontes de interesse para a realização de pesquisas, tais como: obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e resumo” (p. 61).

No final de cada encontro, foram possibilitados espaços de avaliação, oportunidades indispensáveis à formulação de novas ações, tendo em vista a consideração das aspirações, dos interesses e das necessidades manifestas pelos participantes. Nessas ocasiões, buscou-se refletir sobre o impacto de cada ação em cada comunidade escolar. Conforme Furtado & Furtado (2000), a Intervenção Participativa dos atores tem como proposta pedagógica:

...o processo educativo no qual cada um, individualmente, e todos, no coletivo, tenham clara a sua posição de sujeitos da história. Apresenta-se basicamente como uma concepção dialética, uma forma de ver a realidade de modo crítico, buscando articular num processo integral a participação dos envolvidos. [...] A abordagem e os métodos pedagógicos proporcionam a conscientização e a compreensão da própria realidade [...] e ajudam a desenvolver o sentido da busca de transformação dessa realidade. As interações oferecidas aos membros do grupo ao desenvolver a Intervenção Participativa, na forma de investigação sobre a realidade, ajudam a transformar as pessoas envolvidas ou mesmo as organizações em um grupo com perspectivas e objetivos comuns, com tarefas e responsabilidades definidas no coletivo (FURTADO & FURTADO, 2000, p. 67).

A metodologia adotada mostrou-se adequada, visto que mediante sua aplicação chegou-se aos resultados almejados, ou seja, todas as Escolas do Campo da rede municipal de Arroio Grande construíram seus Projetos Políticos Pedagógicos. Tal experiência de formação favoreceu uma articulação produtiva entre conhecimento científico e conhecimento prático, através da socialização de saberes construídos nas trajetórias profissionais, principalmente na qualificação das práticas dos profissionais da educação que atuam na gestão.

5 AÇÕES DE INTERVENÇÃO NAS ESCOLAS DO CAMPO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ARROIO GRANDE

5.1 O Projeto de Intervenção

O Projeto de Intervenção teve o objetivo de propor, juntamente com as equipes gestoras, a construção de um Projeto Político Pedagógico coerente com a demanda escolar de cada comunidade. Buscava ainda esclarecer, discutir e elucidar a importância dos processos de construção e de avaliação, além de instrumentalizar os gestores sobre as etapas a serem observadas na construção de um PPP, no seu acompanhando e desenvolvimento.

Tal Projeto teve como público-alvo o Secretário Municipal de Educação e Supervisores Pedagógicos da SME, uma diretora, uma vice-diretora, uma supervisora pedagógica, quatro professores e um funcionário da Escola Visconde de Mauá; a diretora, vice-diretora e três professores da Escola Dona Margarida Sallaberry e a diretora, duas professoras e uma funcionária da Escola Arlindo Martins.

Foram realizados dez encontros que ocorreram de quinze em quinze dias, no período de 5 de agosto a 3 de dezembro de 2013, totalizando 40h. Os Encontros tinham as finalidades de informar, esclarecer e instrumentalizar os participantes para que, junto as suas comunidades, pudessem produzir os Projetos Políticos Pedagógicos de suas escolas.

Os encontros foram previamente agendados e organizados de forma que tivesse uma programação específica, registros escritos (atas, fotos e postagens no blog “A construção dos Projetos Políticos Pedagógicos da Rede Municipal de Arroio Grande/RS”). No decorrer de toda a Intervenção o diário de bordo foi utilizado. A metodologia para abordar cada temática era definida ao fim de cada reunião, levando-se em conta os recursos mais adequados para se atingir às metas desejadas.

I Encontro

Data: 05/08/2013

Local: Centro de Cultura Basílio Conceição

Horário: Das 14h às 18h

Temas abordados:

- Lançamento do Plano de Ação-Intervenção intitulado: “A Construção dos PPPs das Escolas do Campo da rede municipal de Arroio Grande”, no Simpósio Municipal de Educação;
- Apresentação, análise e discussão da Intervenção;
- Assinatura do termo de autorização e uso da imagem;
- Questionário sobre as várias interpretações de um PPP;
- Apresentação de diversos conceitos e imagens de PPP;
- Lançamento do concurso de slogan e logotipo do Projeto de Intervenção;
- Construção do BLOG²;
- Mensagem de encerramento;
- Assinatura da ata;

Estratégias:

O Encontro teve início com o lançamento do Projeto de Intervenção intitulado: “A Construção dos PPPs das Escolas do Campo da rede municipal de Arroio Grande”, no Simpósio Municipal de Educação, ocorrido no dia 5 de agosto de 2013. Evento esse promovido pela Secretaria Municipal de Educação, com o apoio da Prefeitura Municipal de Arroio Grande.

Após a cerimônia de abertura, reunimo-nos, na sala de cinema, gestores, professores das Escolas do Campo, membros da SME. Inicialmente foi utilizada a técnica “Teia do envolvimento”, para que o grupo pudesse se conhecer melhor. Com a dinâmica de um barbante amarrado a ponta ao dedo indicador foi feita a apresentação pessoal, dizendo seu nome, sua formação e a qual sua expectativa com relação aos encontros do projeto de intervenção. Concluída a própria apresentação, manteve o barbante preso em seu dedo e arremessou o rolo para outra pessoa e assim todo grupo fez sua apresentação. Pediu-se, então, que olhassem para a forma geométrica que haviam construído e perguntou se aquela figura lembrava alguma coisa. O quê? Alguns responderam rapidinho: “Uma teia”!

A técnica foi previamente escolhida pelo significado da palavra “teia”, pois esse remete a envolvimento, comprometimento, grupo, união, elo, etc. Para desfazer a teia, o

² Blog “A construção dos Projetos Políticos Pedagógicos da Rede Municipal de Arroio Grande/RS”.

último integrante arremessou o rolo para a pessoa que jogou o rolo à ela, tratando-o pelo nome. O jogo assim prosseguiu até que o rolo chegou nas mãos da coordenadora (mestranda). Foi importante, pois possibilitou, dentre tantas coisas, observar se os participantes entenderam a importância do trabalho coletivo, da integração e do envolvimento harmônico do grupo.

Foi aproveitada a oportunidade para ser lembrada a importância do relacionamento interpessoal nas atividades em grupos, de cada um conhecer um pouco mais seu colega (seu aluno, os pais, a comunidade) para assim criar uma rede de relacionamento consistente, forte e coesa, tal qual foi criada a teia composta pelos fios do barbante.

A seguir, a proposta de Intervenção foi apresentada em *Power Point* onde surgiram perguntas e colocações. Foi solicitada ao grupo a assinatura do termo de autorização e uso da imagem.

Dando continuidade, foi proposto um *brainstorming*, mais conhecido por “tempestade cerebral” ou “tempestade de ideias” sobre a expressão “Projeto Político Pedagógico”. Essa forma escolhida para abordar, inicialmente, o assunto PPP visou explorar os conhecimentos que os integrantes possuíam sobre o tema. Foi instigada a geração de ideias sobre as várias interpretações do termo PPP. As ideias geradas no *brainstorming*, depois de expostas oralmente, foram registradas em forma de cartazes construídos coletivamente por escola.

Na continuidade, foi apresentado um vídeo contendo diversos conceitos e imagens de Projeto Político Pedagógico.

Já se encaminhando para o final do I Encontro, foi feito o lançamento do concurso de slogan e logotipo do Projeto de Intervenção e cada escola recebeu um regulamento do concurso.

A ideia de construção de um BLOG³ do projeto foi apresentada e justificada por se tratar de uma ferramenta que permite o intercâmbio de informações, contribui para a atualização e partilha de conhecimentos, fotos e informações. Foi lembrado que o grupo poderá utilizar o blog 4 para postar comentários, sugestões e manifestar suas ideias de forma interativa e direta com os internautas interessados no assunto. O blog⁵ servirá também como uma forma de acompanhamento do desenvolvimento do projeto.

O dia e horário do encontro seguinte foram marcados de forma democrática pelo grupo. O I Encontro culminou com a assinatura da ata e entrega de uma mensagem.

³ Blog “A construção dos Projetos Políticos Pedagógicos da Rede Municipal de Arroio Grande/RS”.

⁴ Blog “A construção dos Projetos Políticos Pedagógicos da Rede Municipal de Arroio Grande/RS”.

⁵ Blog “A construção dos Projetos Políticos Pedagógicos da Rede Municipal de Arroio Grande/RS”.

II Encontro

Data: 21/08/2013

Local: Centro de Cultura Basílio Conceição

Horário: 17h/20h

Temas abordados:

- Reflexos do I Encontro na Escola;
- Apresentação de um documento sugerido pelo Conselho Municipal de Educação para a ser considerado na elaboração de um Projeto Político Pedagógico.
- Apresentação de vários modelos de PPPs;
- Sugestão de como cada escola deve proceder ao início de seu PPP;
- Abordagem da importância do Resgate Histórico;
- Pesquisa sócio antropológica como pressuposto básico para a elaboração do PPP;
- Palestra DR. Marcos Genhke- UNICENTRO, sobre: “Escola do Campo, na relação com o Campo e a Educação do-no Campo”. O que considerar? Como construir e reconstruir?
- Mensagem de encerramento;
- Assinatura da ata;

Estratégias:

O II Encontro iniciou com a técnica “Mesa Redonda”, onde cada escola escolheu um representante para participar, contar e responder perguntas sobre como a sua escola recebeu a proposta de construção de seus PPPs. Os participantes sentados em círculo, em igualdade de condições, falaram e responderam perguntas sobre o tema proposto: “Reflexos do I Encontro em sua escola”.

Foi levado para o encontro um modelo padrão de Projeto Político Pedagógico que havia sido sugerido pela Secretaria Municipal de Educação, em anos anteriores, para que as equipes diretivas elaborassem seus PPPs, observando as seguintes etapas: 1. IDENTIFICAÇÃO (Entidade Mantenedora, CNPJ, Endereço, Cidade, CEP, Fone, Email); 2. INTRODUÇÃO; 3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA (Corpo discente, Corpo docente, Funcionários, Níveis e modalidades de ensino oferecidos, Teorias pedagógicas predominantes

no trabalho da Escola, Taxas de aprovação, reprovação e evasão, Colegiados em funcionamentos, Formas de comunicação interna com a comunidade escolar, Condições físicas, técnicas e materiais da escola); 4. FILOSOFIA DA ESCOLA QUE QUEREMOS; 5. HISTÓRICO DA ESCOLA; 6. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA E DA REALIDADE CONTEXTUAL; 7. FINALIDADES; 8. OBJETIVOS (Objetivo Geral da escola, Objetivo da Educação Infantil, Objetivo do ensino fundamental de 9 anos); 9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR (Regime escolar, Metodologia de ensino); 10. AVALIAÇÃO (Avaliação da Escola, Avaliação do aluno; Estudos de recuperação); 11. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES; 12. REFERÊNCIAS.

Vários modelos de PPPs de Escolas do Campo, previamente selecionados, foram analisados com os participantes.

Algumas dicas contidas em uma matéria publicada na revista Gestão Escolar (2014) foram socializadas com o grupo. A matéria abordava sobre as etapas de elaboração do PPP da sua escola cujo texto precisa contemplar a missão, a clientela, dados sobre aprendizagem, relação com as famílias, recursos, diretrizes e plano de ação da escola.

A matéria ressaltava, também, que por ter tantas informações relevantes, o PPP se configura numa ferramenta de planejamento e de avaliação que os membros das equipes gestoras e pedagógicas deveriam consultar a cada tomada de decisão. Finalizava com um convite à reflexão: “Se o projeto de sua escola está engavetado, desatualizado ou inacabado, é hora de mobilizar esforços para resgatá-lo e repensá-lo”.

Destaco, no que segue, algumas reflexões, a partir do artigo de Lopes (2014) apresentadas e discutidas pelo grupo como forma de sensibilização e orientação sobre a construção de um projeto político pedagógico:

Os PPPs não precisam ser refeitos todo ano. Duram, conforme avaliações da própria equipe da escola e da comunidade. Deve ser alterada quando a equipe percebe que os princípios já não correspondem às suas aspirações (os objetivos iniciais foram alcançados ou precisam ser modificados), a clientela é outra (aconteceram mudanças na comunidade) ou o contexto escolar teve alterações (introdução do Ensino Fundamental de nove anos ou a chegada da Educação Infantil ou de Jovens e Adultos). Esse trecho deve ser respaldado nos planos municipal ou estadual de Educação.

Dados sobre a aprendizagem, recursos, relação com as famílias, diretrizes e plano de ação devem ser revistos e atualizados ao longo do ano, conforme a clientela - e isso pode ser feito durante as reuniões pedagógicas e institucionais, nos encontros do Conselho Escolar e na semana de planejamento. A linguagem usada deve ser compreendida por todos.

Sugere-se que PPP seja montado em um arquivo eletrônico, no computador, e, depois de impresso, colocado em uma pasta arquivo para facilitar o acesso e as alterações.

Algumas pessoas, mais envolvidas, como professores e funcionários podem receber cópia impressa do documento, para que consultem sempre que surgirem dúvidas.

É interessante elaborar uma versão resumida para entregar aos pais no ato da matrícula.

A organização do PPP em um fichário pode facilitar o manuseio, a conservação e a revisão ao longo do ano.

Neste II Encontro foi esclarecida a importância de realizarem leituras acerca de como proceder para elaborar um PPP, coerente com a realidade escolar. Lembrou-se que, em se tratando da construção de PPPs de Escolas do Campo, além do conhecimento de tudo o que deve conter um PPP se deve, ainda, considerar o que prevê a legislação pertinente a Educação do campo.

Sugeriu-se que cada escola iniciasse seu processo realizando um resgate histórico da criação da escola e uma pesquisa sócio antropológica, pois como já havia abordado anteriormente, esses são pressupostos básicos para a elaboração de um PPP para que esse esteja coerente com as demandas de cada escola. Para tornar-se mais concreto, a mestrandu fez sugestões de vários tipos de pesquisas sócio antropológicas, mas sempre lembrando que cada escola deveria construir a sua, levando em conta a sua realidade.

Também foi alertado que a construção de um PPP exige investigação, pesquisa e muito envolvimento de todos os segmentos. Foi frisada a importância de se realizar um estudo (pesquisa sócio-antropológica) para a construção do PPP em cada escola.

Através de um Power Point, foi apresentada ao grupo uma palestra de Marcos Genhke da UNICENTRO, sobre: “Escola do Campo, na relação com o Campo e a Educação do-no Campo”⁶. O que considerar? Como construir e reconstruir? Foi realizado um debate acerca da palestra e ficou clara a importância de se participar de cursos, seminários, simpósios, grupos de estudos e palestras como forma de aprimorar os conhecimentos.

Os participantes manifestaram a necessidade de aprofundar estudos sobre a construção de PPPs das Escolas do Campo, contemplando interesses e anseios da comunidade campesina.

⁶ ENHKE Marcos. Escola do Campo, na relação com o Campo e a Educação do-no Campo”. O que considerar? Como construir e reconstruir? Subsídio conseguido pelo autor com a participação em palestra. Disponível em: <<http://mestrad.blogspot.com.br/>>. Acesso em 14 de nov. 2014.

O dia e o horário do terceiro encontro foram marcados de forma democrática pelo grupo. O II Encontro culminou com a assinatura da ata e entrega de uma mensagem.

III ENCONTRO

Data: 09/09/2013

Local: Centro de Cultura Basílio Conceição

Horário: 17h/20h

Temas abordados:

- Apresentação de um vídeo do Youtube sobre Projeto Político Pedagógico e Gestão Democrática – Vasco Moretto.
- Tópicos indispensáveis do PPP e saber onde obter as informações e a melhor forma de organizá-las.
- Sugestões para a elaboração de um PPP
- Definição da missão (ou marco referencial)
- Descrição da clientela
- Levantamento dos dados sobre aprendizagem
- Estudo do relacionamento com as famílias
- Pesquisa sobre os recursos
- Estabelecimento de diretrizes pedagógicas
- Elaboração do plano de ação

Estratégias:

Apresentação de um vídeo do Youtube⁷, em que o educador Vasco Moretto ressalta que a elaboração do Projeto Político Pedagógico deve ser feito pela própria comunidade educativa, sendo este um conjunto de princípios orientadores que vai dizer para onde a escola vai, o que será a escola e que tipo de cidadão ela vai ajudar a formar.

Moretto, no referido vídeo, explica que a primeira base do projeto político pedagógico é a identidade institucional, tendo como pilares a visão, missão e os objetivos da instituição

⁷ Vídeo 4 - O projeto político-pedagógico e a gestão democrática - Vasco Moretto. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCQQtWIwAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.youtube.com%2Fwatch%3Fv%3DYzy0qcmkOrg&ei=lb50VK75MrDksASJpoGQAQ&usg=AFQjCNEAa-gkOIMd1Djy1_fybL-ZKNINOQ&sig2=ePc003gxEjqg092rfzy0vA&bvm=bv.80185997,d.cWc>/. Acesso em nov. 2014.

que vão se realizando à medida que as pessoas vivem o dia a dia da escola. Sendo flexível e dinâmico, vivenciado coletivamente, e político, porque expressa um compromisso social de formação de cidadãos inseridos num contexto social específico. Assim, a escola passa a ser vista como uma comunidade educativa, e não apenas o conjunto de alunos e professores que executam um currículo.

Ainda segundo Moretto, a segunda base são os Fundamentos: Éticos Políticos, Epistemológico e Didático pedagógico.

Conforme explica, os Éticos - políticos explicitam os valores que a escolar vai adotar; os Epistemológicos, ou seja, indicam a visão da escola sobre o conhecimento. A partir desses dois fundamentos, define-se o terceiro: os Didático-pedagógicos, que determinam as relações entre professor, aluno e conhecimento, para quem o projeto político-pedagógico é um conjunto de princípios orientadores das atividades e relações dos membros da comunidade educativa.

Ainda conforme Moretto, a terceira etapa envolve a elaboração de projetos setoriais, entendidos como os segmentos em que a escola atua: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Médio. Nessa fase são descritos quem é o aluno de cada segmento e seus tipos de raciocínio, a metodologia adequada, a estrutura dos conteúdos e a forma de avaliação. Finalizando, o mesmo educador propõe que sejam elaborados os projetos por disciplina.

Devido a empolgação dos participantes em conhecer detalhes de cada um dos tópicos indispensáveis de um PPP, foi apresentado um material bem prático, da Revista Gestão Escolar intitulado “Como fazer o PPP da escola”.

Ao final do terceiro encontro, a mestrandia solicitou que os participantes vinculados à cada escola envolvida no Projeto de Construção dos PPPs trouxessem, no encontro seguinte, um esboço do que já estavam conseguindo encaminhar nos seus contextos de atuação. Nesse III Encontro ocorreu a entrega dos logotipos e slogans vencedores do Concurso. A data e o horário do IV encontro foram marcados de forma democrática pelo grupo. O III Encontro culminou com a assinatura da ata e entrega de uma mensagem.

IV ENCONTRO

Data: 23/09/2013

Local: Centro de Cultura Basílio Conceição

Horário: 17h/20h

Temas abordados

- * Entrega da premiação a escola vencedora do Concurso de slogan e logotipo
- * Projeto Político Pedagógico: conceitos e significados
- * Técnica de recorte e colagem (Montagem de painel sobre conceitos de PPP)
- * Dimensão política e dimensão pedagógica
- * Processo de construção e avaliação do Projeto Político Pedagógico (1. Ato situacional, 2. Ato conceitual, 3. Ato operacional)
- * Relação entre planejamento e avaliação do projeto Político Pedagógico
- * Princípios norteadores do PPP (1. Igualdade de condições para acesso e permanência na escola; 2. Qualidade para todos; 3. Gestão democrática; 4. Liberdade associada a ideia de autonomia; 5. Valorização do magistério, ligada à formação, condições de trabalho, remuneração, e profissionalização)
- * Elementos básicos constitutivos da organização do trabalho pedagógico, que contribuem para a construção do PPP.
- * Projeto Político Pedagógico: conceitos e significados - parte 1

Estratégias:

Divulgação e entrega da premiação às representantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Arlindo Martins, vencedores do concurso de slogan e logotipo do projeto de intervenção.

Em seguida, a mestranda apresentou o vídeo da série "Fazendo Escola"⁸, no qual é abordado o tema “Gestão Democrática nas Escolas Públicas do Ensino Médio”, e são ressaltados problemas e soluções que pais, professores, diretores e comunidades encontraram para melhorar a escola, a partir da discussão do PPP (Projeto Político Pedagógico). Ressalta-se essa proposta buscou atender a uma solicitação dos participantes, pois, segundo eles, esse tipo de recurso ajuda a esclarecer o, até então, “bicho papão” PPP.

⁸YouTube - Vídeo 1 - Projeto Político Pedagógico: conceitos e significados - parte 1. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QtwIwAA&url=http%3A%2F%2Fwww.youtube.com%2Fwatch%3Fv%3D7O4VgWLXEdY&ei=x790VKTQKMOaNsvngKgK&usq=AFQjCNFvyfNANlmIPqD5knpTx3gBs5ql2g&sig2=IDBMhJA35dLIUg5tkG7IQg&bvm=bv.80185997,d.eXY>>. Acesso em nov. 2014

Após assistirem ao vídeo, a mestranda solicitou que os representantes vinculados a cada escola se agrupassem. A cada grupo foram distribuídas revistas, cola, tesouras e cartolina para que expressassem, apenas através de imagens, conceito(s) que eles têm sobre PPP. Depois de um tempo, cada escola apresentou suas produções.

Na sequência, a partir do uso de *power point*, um material informativo organizado por Elena M^a Billig Mello, datado de 2010, sobre Projeto Político Pedagógico. O material abordou:

- * Dimensão política e dimensão pedagógica
- * Processo de construção e avaliação do Projeto Político Pedagógico (1. Ato situacional, 2. Ato conceitual, 3. Ato operacional)
- * Relação entre planejamento e avaliação do projeto Político Pedagógico
- * Princípios norteadores do PPP (1. Igualdade de condições para acesso e permanência na escola; 2. Qualidade para todos; 3. Gestão democrática; 4. Liberdade associada a ideia de autonomia; 5. Valorização do magistério, ligada à formação, condições de trabalho, remuneração, e profissionalização)
- *Elementos básicos constitutivos da organização do trabalho pedagógico, que contribuem para a construção do PPP (Finalidades da escola, Estrutura organizacional, Currículo, Tempo escolar, Processo de decisão, Relações de trabalho, Avaliação).

Após a exposição das ideias do material da Doutora Elena M^a Billig Mello, a mestranda oportunizou um espaço para que os componentes dos grupos de cada escola relatassem como estão sendo os processos de construção nos estabelecimentos em que atuam, com especial destaque aos principais desafios enfrentados.

Em seguida foi aplicada a técnica “Tirar o chapéu”. Antes, porém, a mestranda esclareceu que a expressão popular "Tirar o chapéu" significa "fato extraordinário" que merece homenagem, coisa digna de admiração. A expressão completa é "de se tirar o chapéu" e está ligada ao gesto de tirar o chapéu para cumprimentar alguém, como sinal de respeito. Este gesto originou a expressão "de se tirar o chapéu" que descreve a intenção de praticar o ato de tirar o chapéu como forma de demonstrar admiração.

A questão lançada aos participantes foi: Desde que vocês iniciaram a construção dos PPPs nas escolas em que atuam, algumas pessoas devem ter se destacado positivamente. Assim, pergunto: “Para quem tu tiras o chapéu e por quê?”.

O dia e o horário do V encontro foram marcados de forma democrática pelo grupo. O IV Encontro culminou com a assinatura da ata e entrega de uma mensagem. A mestrandia também divulgou o blog 9 do PI, espaço criado para postagens de subsídios, acompanhamento dos encontros e sugestões de leituras, dentre outras utilidades.

V ENCONTRO

Data: 1º/10/2013

Local: Centro de Cultura Basílio Conceição

Horário: 17h/20h

Temas abordados:

*Técnica do Espelho

*Apresentação da parte I vídeo 10 para ser trabalhado quando se pretende construir um Projeto Político Pedagógico de uma Escola do Campo. A linda música "Now We Are Free (Maximus Mix)" por Hans Zimmer, Lisa Gerrard , (parte1 educação do campo)

*Explosão de ideias sobre o vídeo Educação do Campo, parte I

*Apresentação da parte II do vídeo¹¹, cuja Música é "Now We Are Free" de Lisa Gerrard.

*Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (2002) e Diretrizes Complementares (2008)

*Marcos normativos específicos para a Educação do Campo (2012)

⁹ Blog "A construção dos Projetos Políticos Pedagógicos da Rede Municipal de Arroio Grande/RS".

¹⁰ YouTube - Projeto Político Pedagógico: conceitos e significados - parte 1. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCQQtWIwAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.youtube.com%2Fwatch%3Fv%3DvLGCAT0z2E&ei=xsB0VJmPHsKkgwT35YOIDQ&usg=AFQjCNF8v1_c2q2HIJFhKI3N5xCYOje6Xg&sig2=Dsvtb9jMxRD2PH5PqG6D_A&bvm=bv.80185997,d.eXY>. Acesso em nov. 2014

¹¹ YouTube - parte2 educação do campo. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0CCoQtWIwAg&url=http%3A%2F%2Fwww.youtube.com%2Fwatch%3Fv%3Dzmf8JwumIU&ei=xsB0VJmPHsKkgwT35YOIDQ&usg=AFQjCNG7I_821OkSMB5S-Zkv_u6hv6SLig&sig2=dOfvBVTaq2WjKIN1GJ_YMQ&bvm=bv.80185997,d.eXY>. Acesso em nov. 2014

Estratégias:

O V Encontro começou com a “Técnica do Espelho” que funcionou da seguinte forma: A mestranda escondeu um espelho dentro de uma caixa, de modo que, ao abri-la, cada participante visse seu próprio reflexo.

A orientação dada foi para que cada participante pensasse em alguém que lhe fosse de grande significado. A mestranda exemplificou que poderia ser alguém que exerce uma função muito importante no local de trabalho; alguém que tem a função de ser o articulador de demandas e soluções para a aprendizagem; alguém que inspira e contagia, que faz a diferença; alguém com quem se estabelece íntima comunhão, que merece todo o teu cuidado, pois se trata de um líder. Tudo isso foi dito ao som de uma música de meditação.

Os integrantes foram, então, orientados a se dirigirem ao local onde estava a caixa (um por vez). Todos deveriam abri-la, olhar seu conteúdo e voltar silenciosamente para seu lugar, continuando a reflexão sem se comunicar com os demais. Finalmente, foi aberto o debate para que todos partilhassem seus sentimentos, suas reflexões e conclusões sobre quem era a pessoa que tinham na cabeça e a relacionassem com a que viram no espelho.

Após, a apresentação da Parte I do vídeo que contribuiu para abordar princípios fundamentais a serem observados na educação do campo que reconheçam e valorizem a identidade e as diferenças nos modos de vida e de trabalho dos sujeitos do campo. O mesmo recurso audiovisual ressaltou, também, a importância tanto da adoção de atitudes que valorizam ações e pensamentos em prol de uma educação cidadã como da construção coletiva da escola.

Ao final da exposição do vídeo sobre Educação do Campo, parte I, os participantes foram convidados pela mestranda a manifestarem o que compreenderam do conteúdo tratado. Além disso, fez-se uma retomada sobre as Leis pertinentes as Escolas do Campo. Dúvidas foram sanadas e ressaltou-se a importância de se construir um Projeto Político Pedagógico de uma Escola do campo, respeitando a legislação.

O dia e o horário do VI encontro foram marcados de forma democrática pelo grupo. O V Encontro culminou com a assinatura da ata e da entrega de uma mensagem. A mestranda também divulgou o blog¹² do PI, criado para postagens de subsídios, acompanhamento dos encontros e sugestões de leituras, dentre outras utilidades.

¹²Blog “A construção dos Projetos Políticos Pedagógicos da Rede Municipal de Arroio Grande/RS”

VI, VII, VIII e IX ENCONTROS

Datas: 15/10/2013, 30/10/2013, 12/11/2013 e 26/11/2013

Local: Centro de Cultura Basílio Conceição

Horário: 17h/20h

No início de cada um desses encontros, a mestrandos retomou as atividades anteriormente desenvolvidas. Foram debatidos alguns pontos considerados relevantes, o que fez surgir várias indagações e sugestões de como se daria o prosseguimento do trabalho. Decidiu-se que cada gestor fosse explicitando os passos percorridos durante a construção dos PPPs de cada escola, a fim de que a mestrandos e os demais participantes pudessem tanto acompanhar como fazer sugestões ao trabalho realizado.

Essa dinâmica mostrou-se adequada e proveitosa, visto que a interação dos participantes produziu as mais variadas formas e sugestões para que, ao final do nono encontro, o objetivo geral fosse atingido da melhor maneira possível.

Na medida em que cada gestor apresentava o que já tinha sido produzido pelo grupo de estudos de sua escola, observou-se o entusiasmo e a determinação dos relatores, no sentido de que o processo de construção dos PPPs fluísse de modo a contemplar os anseios da comunidade escolar.

No decorrer dos encontros, os gestores descreveram minuciosamente as ações que foram adotadas, buscando, com riqueza de detalhes, descreverem o surgimento de situações que apontavam para a conclusão do trabalho. Os participantes mostraram-se confiantes nas ações empreendidas e destacaram que elas contribuíram com o fazer pedagógico da escola e com o processo de aprendizagem dos discentes.

Ao final de cada um desses encontros, conversava-se sobre como o trabalho desenvolvido refletiria sobre o papel da escola em atender as demandas da comunidade.

Ressalta-se, ainda, que os participantes manifestaram envolvimento nas atividades e estudos propostos, e valorizaram as metodologias adotadas na condução de cada encontro.

Ao final do IX encontro foi combinado o que, quando e onde se realizaria a culminância do Projeto. Os encontros foram registrados em atas.

X ENCONTRO

Data: 3/12/2013

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Horário: 19h/22h

Temas abordados:

Projeto de Intervenção “A Construção dos PPPs das Escolas do Campo da Rede Municipal de Arroio Grande – RS/ Brasil”.

Apresentação do PPP da E.M.E.F. Arlindo Martins

Apresentação do PPP da E.M.E.F. Visconde de Mauá

Apresentação do PPP da E.M.E.F. Dona Margarida Maichê Sallaberry

Encerramento do Projeto de Intervenção

Estratégias:

Ato solene de encerramento do Projeto de Mestrado intitulado “Construção dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas do Campo da rede municipal de Arroio Grande/ RS – Brasil”.

A cerimônia teve início com a composição da mesa (Secretário Municipal de Arroio Grande, Prefeito Municipal, Supervisora Pedagógica da SME, Secretária de Educação Adjunta do Município de Jaguarão, Orientadora do Projeto de Mestrado, Diretora da Escola Municipal Visconde de Mauá, Diretora da Escola Municipal Arlindo Martins, Vice- diretora da Escola Municipal Dona Margarida Maichê Sallaberry, Presidente do Conselho Municipal de Educação).

Em seguida, foi entoado o Hino Nacional pelos presentes e após, a Senhorita Arroio Grande, juntamente com o Secretário Municipal de Turismo, entoaram a Canção de Arroio Grande.

O primeiro a fazer uso da palavra foi o Secretário Municipal de Educação de Arroio Grande que destacou a importância do trabalho realizado para as Escolas do campo do município. Na sequência manifestaram-se a Secretária de Educação Adjunta do município de Jaguarão, a Presidente do Conselho Municipal de Educação e, por último, a orientadora do Projeto. Todos ressaltaram a relevância do projeto executado para a Educação do Campo do Município de Arroio Grande. Após, os integrantes da mesa juntaram-se a plateia para assistirem as apresentações de cada escola.

No momento seguinte, cada escola participante fez uma síntese de como se deu a construção do PPP nas suas escolas. A presidente do Conselho Municipal de Educação recebeu oficialmente as cópias dos PPPs das Escolas do Campo de Arroio Grande. Foi

oportunizado um espaço para que os presentes na plateia fizessem questionamentos ou considerações. A leitura da correspondência recebida foi feita pela secretária do evento.

Por fim, a mestre da cerimônia solicitou que os presentes assinassem a ata (o evento que foi filmado e acompanhado pela imprensa local) e declarou encerrado o ato solene de culminância do Projeto intitulado: “ A construção dos PPPs das Escolas do Campo da rede municipal de Arroio Grande- RS/ Brasil.

5.2 Análise das ações executadas e suas repercussões

A revisão da execução deste Projeto de Intervenção contribui para fazer o registro da percepção acerca das ações realizadas, como forma de refletir sobre nosso trabalho e para orientar novos projetos. Tal perspectiva é ressaltada por Santos (2000) que chama a atenção que a ciência não descobre, mas ela cria. O projeto de intervenção também se inclui nessa percepção, pois, “a incerteza do conhecimento, que a ciência moderna sempre viu como limitação técnica destinada a sucessivas superações, transforma-se na chave do entendimento de um mundo que mais do que controlado tem de ser contemplado” (SANTOS, 2000, p.54).

No campo da educação, o conhecimento produzido deve considerar as peculiaridades do contexto, e possibilitar novas conexões em um trajeto composição transdisciplinar, desenvolvendo uma pluralidade metodológica que tem a tarefa de encurtar as distâncias entre sujeito e objeto, desenvolvendo na intervenção metodologias coletivas, com a construção participativa de todos.

No decorrer dos dez encontros, foi possível verificar a dificuldade, o distanciamento e a aversão que o grupo tinha com relação ao documento PPP. Alguns que mesmo sabendo o significado da sigla, não conseguiam conceitua-lo. Foi preciso utilizar imagens para atrair a atenção do público-alvo, e adotar estratégias que favorecessem a compreensão dos participantes. Foi um desafio contribuir para que os gestores entendessem que a ampla participação dos segmentos que compõem a comunidade escolar é uma excelente estratégia de co-responsabilizá-la na elaboração do documento.

Nas palavras de Marques “A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que elas sejam legítimas, garante o controle sobre os acordos e, sobretudo contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação”. (1990, p.21)

Nos discursos dos diretores foi destaque a gestão democrática. Porém, percebia-se incoerência quando consideravam que o documento deveria ser elaborado pela equipe diretiva ou quando outros afirmavam que era de responsabilidade da SME enviar para as escolas um PPP.

É importante fazer considerações sobre os significados das expressões “Gestão Democrática”, “participação de todos” e “Construção Coletiva” de um documento como o PPP.

O que é gestão democrática se não o compartilhamento dos rumos, responsabilidades e mais especificadamente do compromisso com a construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico. Participação dos diferentes segmentos não pode se restringir a participação por representatividade. Segundo Bobbio:

[...] a) na medida em que goza da confiança do corpo eleitoral, uma vez eleito, não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável: b) não é responsável diretamente perante os seus eleitores exatamente porque é convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não os interesses particulares desta ou daquela categoria. (2000, p. 59-60)

Nessa perspectiva, o representante de um segmento não pode falar pelo grupo que representa sem antes consultá-lo. A direção não pode fingir que está fazendo uma reunião com todos os representantes dos segmentos, sem dar-lhes o direito e as condições de levarem o assunto em pauta ao grupo que representam. O posicionamento não pode ser pessoal, mas do grupo que representa. O representante representa um segmento que é formado por um grupo de pessoas que merece ser ouvida.

Esse tema é interessante e sério, porque nessa forma de representação o eleito pelo grupo deve entender que a função dele é apenas representar, tomar conhecimento dos fatos e levar, discutir e retornar ao grupo que representa a fim de conhecer sua opinião sobre o assunto. Quando alguém toma uma decisão sem consultar o grupo que representa está privando os demais cidadãos a pensarem, sugerirem e ajudar a construir, enfim, está o afastando da participação. Portanto, é necessário muito cuidado quando se afirma que a construção de um PPP foi coletiva, ou seja, que envolveu a participação de todos os segmentos.

Spósito enfatiza que a gestão democrática poderá ser um caminho para a melhoria da qualidade do ensino se for compreendida como uma alternativa de mudar práticas escolares. A autora alerta que:

Não há canal institucional que venha a ser criado no sistema público de ensino que, por si só, transforma a qualidade da educação pública, se não estiver pressuposta a possibilidade de redefinição e se não existir uma vontade coletiva que queira transformar a existência pedagógica concreta (2000, p. 54).

Nessa perspectiva, os diferentes membros da comunidade escolar precisam fazer valer o seu direito de participação nos rumos da escola. É preciso que todos os segmentos aprendam a exercitar a busca por discussões coletivas entre seus pares, que entendam que democracia exige participação, envolvimento e corresponsabilidade de todos.

Falamos em construção coletiva de Projetos Políticos Pedagógicos de Escolas do Campo, sendo assim, precisa haver um maior entendimento por parte de todos, inclusive, e principalmente, por parte dos gestores que apenas um representante de cada segmento não pode tomar decisões importantes, sem que os representados tenham conhecimento da discussão do tema. Conforme analisa Vasconcelos (2002, p. 50), “[...] a democracia representativa afasta o indivíduo do conceito de cidadão. O elemento humano concebe o governo como algo alheio ou mais precisamente, como posse natural dos detentores do Poder”.

Sendo assim, em nossos encontros ficou evidente minha preocupação com o que denominamos como “construção coletiva”, ou seja, que não se excluísse ninguém do direito de participar da construção do Projeto Político Pedagógico de cada escola. Foram recorrentes as recomendações para que juntos pensassem, analisassem e manifestassem que sujeitos queriam formar, que saberes deveriam discutir, que sociedade queriam viver, que tipo de escola e educação priorizavam, que avaliação precisavam construir, que cultura queriam valorizar, que conhecimentos queriam trabalhar e que relações de poder achavam importante manter.

Chegou-se ao entendimento que “a participação da comunidade na escola, como sendo a partilha do poder, a participação na tomada de decisões. Se uma administração, por mais colegiada que seja não incluir a comunidade, corre-se o risco de compor apenas mais um arranjo entre os funcionários do Estado” (PARO, 1998, p.30).

Buscou-se fortalecer a concepção de que o processo de construção do PPP devia contemplar os anseios e as necessidades básicas da comunidade onde a escola estava inserida e que a legitimidade da gestão democrática participativa está na busca incessante pela manifestação do maior número possível de pessoas que compõem a comunidade escolar.

Como já abordado, gestão democrática e Projeto Político Pedagógico são temas intimamente entrelaçados e complexos. Logo, não é possível construir um Projeto Político

Pedagógico coletivo sem a efetivação de uma gestão democrática. Ao contrário, é pela gestão democrática que se constrói um projeto participativo, levando-se em conta o que já foi exposto sobre participação por representatividade. Essa construção passa, necessariamente, pela organização do espaço escolar, pelo trabalho diário realizado por cada um dos sujeitos da comunidade escolar, considerando os aspectos de tempo, espaço, formação, legislação, administração, políticas educacionais, recursos financeiros e humanos.

Os gestores ressaltaram que seria um grande desafio construir um Projeto Político Pedagógico de forma participativa e coerente com a realidade de cada escola, uma vez que os próprios professores acham que o PPP é um documento a ser elaborado pela equipe diretiva. Percebi que aí seria preciso observar e até questionar como andavam os processos de participação e mobilização nessas escolas.

Foi preciso conversar bastante com o grupo sobre os processos de mobilização, frisando que é tarefa do gestor escolar, buscar estratégias para envolver todos os segmentos da comunidade escolar na construção do PPP de sua escola, uma tarefa que exige do gestor habilidade, entusiasmo e vontade de promover uma gestão realmente participativa e democrática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término do Projeto de Construção dos Projetos Políticos Pedagógicos da Rede Municipal de Arroio Grande-RS/ Brasil, ficou a certeza da importância de conhecer a realidade de cada instituição escolar e a constatação de que a interação com os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar é extremamente enriquecedora. Diante de todo o contexto que permeia a atuação profissional do professor, esta vivência nas escolas mostrou a relevância da formação continuada e do constante aprimoramento dos conhecimentos da área, das necessidades sociais, da investigação da própria prática e a busca de temas atuais (professor pesquisador).

O PPP é produto de uma ação coletiva. Logo, o fazer pedagógico deve ser resultado de uma discussão dialógica entre todos os envolvidos no processo educacional, mesmo que historicamente a participação das pessoas geralmente acontecia e ainda acontece por representatividade. Levando-se em conta que o universo de cada escola do campo é relativamente pequeno, optou-se por, além de quebrar esse paradigma, fazer um chamamento amplo no qual obteve-se expressiva participação. Na busca de uma educação de qualidade que atenda de forma eficiente as necessidades enfrentadas pela escola, muito se discutiu em torno da importância da construção do Projeto Político Pedagógico na e para a instituição escolar.

As decisões tomadas pelos diversos segmentos fundamentaram a realidade que deve reger cada ação pedagógica das Escolas que aceitaram participar e construir o seu PPP. Procurou-se estar sempre lembrando o que foi tão discutido nos encontros.

Os objetivos e metas previstos no Projeto Político Pedagógico devem refletir o trabalho docente e as determinações administrativas. O Projeto Político Pedagógico é sempre um processo em mutação, pois conforme a realidade ele vai se reescrevendo. A flexibilidade deve estar sempre presente, pois ele pode e deve mudar conforme as alternâncias circunstanciais.

Com relação ao Projeto de Intervenção, o trabalho foi realizado cumprindo todas as etapas previamente elaboradas, tendo sido concluído de maneira distinta, uma vez que cada Escola teve a oportunidade de participar de dez encontros e, logo após, teve autonomia para

aplicar os conhecimentos adquiridos e as orientações, conforme seu entendimento, em favor da construção dos Projetos Políticos Pedagógicos de cada escola.

Embora a primeira versão do PPP das Escolas do Campo da Rede Municipal de Arroio Grande tenha representado um grande avanço e, possivelmente, se constitua em um documento que inspirará novos gestores a propor tal construção, torna-se importante registrar que ainda se precisa avançar para ofertar uma educação de qualidade, incentivar o hábito leitor, fazer com que as famílias se aproximem e interajam mais da vida escolar do filho, oferecer formação de qualidade aos professores, funcionários e valorizá-los.

São várias as experiências bem-sucedidas tanto em processos de elaboração coletiva de PPPs como na execução de modo assertivo, coerente e bem conduzido, porque sua principal condição é estabelecer ações que favoreçam a igualdade de condições para o acesso e à permanência na escola da população que sempre esteve fora das diversas políticas públicas.

Uma sugestão importantíssima que se optou por deixar aqui é quanto à construção ou à reformulação do PPP, sendo imprescindível abrir espaços para debater com todos que compõem a comunidade escolar para analisar as situações concretas e aquilo que se deseja manter ou mudar, ou seja, é necessário prever um plano de ação que torne possível que todos participem realmente. Conseguiu-se fazer, nessa primeira versão, um ensaio. Porém, espera-se que com tudo o que foi tratado, os gestores entendam que somente terá valor um PPP construído de fato pelo coletivo da escola. Brandão (2008), diz que:

A educação (...) deve ser um ato coletivo, solidário (...). Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e, se não pode ser nunca feita por um sujeito isolado (até autoeducação é um diálogo a distância), não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum (p. 21-22)

Representou um grande desafio o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar nos espaços de elaboração dos PPPs, no ano de 2013, consideração essa formulada pelos participantes nos encontros de formação.

Os gestores e os professores manifestaram seu reconhecimento de que, até a produção dos novos PPPs, os documentos vigentes eram construídos para atendimento de exigências burocráticas.

Outra constatação foi a de que os Projetos Políticos Pedagógicos padeciam de um embasamento epistemológico, uma vez que não traziam o tipo de conhecimento que as educadoras em seu coletivo desejavam construir com os estudantes.

Considerando que o processo educativo exige um planejamento norteador de ações dos diferentes atores no cenário escolar, cabe lembrar o que ressalta Luckesi (1992, p. 115-125).

O ser humano age em função de construir resultados. Para tanto, pode agir aleatoriamente ou de modo planejado. Agir aleatoriamente significa “ir fazendo as coisas, sem ter clareza de onde se quer chegar; agir de modo planejado significa estabelecer fins e construí-los através de uma ação intencional”. [...] planejamento, de um modo geral, diz respeito à intencionalidade da ação humana em contrapartida ao agir aleatoriamente.

Por seu lado, Libâneo (1992, p. 221) afirma que “o planejamento escolar é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Conforme recomenda o mesmo autor, tal planejamento deve ser harmônico para ser exequível, devendo permitir flexibilizações que possam contemplar reavaliações e redirecionamentos, observando que sua prática não perca seu norte e permaneça no foco dentro do seu período de aplicação.

Sempre foi ratificado, em todas as visitas da mestranda às escolas, que o PPP deve ser entendido como um instrumento eficaz, eficiente, efetivo e constante, um guia da ação curricular, bem como que a construção do PPP deriva de uma vontade política, sendo considerado um instrumento indispensável, na opinião dos mais conceituados estudiosos em Educação.

O caminho a ser percorrido pela Escola passa por um posicionamento claro e compromissado dos envolvidos, dentro de uma sistemática organizacional que permita vislumbrar sempre os objetivos a serem atingidos. Toda essa amostragem do que, quando e por quem será executado, deverá estar visivelmente claro durante todo o desenvolvimento do cronograma estabelecido. Os segmentos envolvidos na construção de um PPP devem ter clara qual realidade irão trabalhar. Eles devem ser conhecedores de todos os problemas e adversidades que a Escola enfrenta, bem como, quais são as prioridades a serem atingidas pelo PPP.

Para que haja um efetivo comprometimento de todos os participantes, faz-se necessário que suas aspirações possam ser ouvidas e debatidas na busca de uma direção sob múltiplos olhares, como propõe Vianna (1986, p. 23).

Para que o Projeto Político Pedagógico estivesse de acordo com a Lei 9.394 /96 em seu artigo 14 é que se propôs encontros nos quais, democraticamente, todos os segmentos envolvidos foram convidados a participar na elaboração dos referidos PPPs, dando-lhes, dessa forma, legitimidade.

Como o PPP não é algo acabado e sim um processo em constante aperfeiçoamento e evolução, ele busca estar sempre em consonância com o tempo e realidade momentâneos. Ele é “a expressão atual da escola”. Conotativamente, ele é o espelho no qual se refletem todos os passos dados, evidenciando como as questões que surgem são problematizadas e formalmente encaminhadas, ressaltando sempre a co-participação da comunidade em todos estes desdobramentos.

As Escolas Visconde de Mauá e Arlindo Martins fizeram questão de entregar os PPPs com antecedência para que tivessem uma apreciação prévia, a fim de que na elaboração da 2.^a versão, essas sugestões fossem incorporadas ao novo documento. Já a Escola Dona Margarida, só entregou o seu PPP na Cerimônia de culminância do projeto, não sendo possível outro olhar com a finalidade de aperfeiçoamento do referido documento.

7 REFERÊNCIAS

AÑAÑA, Gisiane. **A construção dos Projetos Políticos Pedagógicos da Rede Municipal de Arroio Grande/RS, Brasil.** [blog da Internet]. Disponível em: <<http://mestrad.blogspot.com.br/>>. Acesso em nov. 2014.

AGUIAR, Márcia (orgs). **Gestão da Educação: Impasses, Perspectivas e compromissos** 4ª Ed. SP: Cortez, 2004, p. 148.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BORDIGNON, Genuíno e GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da Educação: o Município e a Escola.** IN, FERREIRA e AGUIAR, Márcia (orgs). **Gestão da Educação: Impasses, Perspectivas e compromissos** 4ª Ed. SP: Cortez, 2001.

_____. **Gestão da Educação: o Município e a Escola.** IN, FERREIRA e BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.** Brasília: MEC/CNE, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 01/2002. **Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo.** Brasília: MEC/CNE, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.** Diário Oficial [da] União, Poder Legislativo, Brasília, n. 191-A, 05 de out. 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão** – Brasília: SECADI, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção.** Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília: DF, 2002.

CURY, Augusto Jorge. **Treinando a emoção para se feliz / Augusto Jorge Cury** – São Paulo: Academia de Inteligência, 2001.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação.** 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

EMATER /RS – Rio Grande do Sul/Ascar. **Relatório de atividades 2012 / Emater/RS-Ascar.** – Porto Alegre, 2012.

FERNÁNDEZ ENGUITA, Mariano. **Do lar a fábrica, passando pela sala de aula: a gênese da escola de massas.** In: _____. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FURTADO, R. & FURTADO, E. **A Intervenção participativa dos Atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento sustentável.** Brasília: IICA, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Visitado em outubro de 2014.** Censo 2000.

GORENDER, Jacob. Introdução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã,** 2007.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Israel José; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo.** Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 1. Brasília: UnB, 1999.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar**: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Editora alternativa, 1992.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Planejamento e Avaliação na Escola: Articulação e determinação ideológica. In: **O Diretor** – articulador do projeto da escola. Série Ideias, nº 15, São Paulo, F.D.E., p. 115 – 125, 1992.

MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os Cursos de Administração, Contabilidade e Economia**. São Paulo : Atlas, 2002, p.38.

MARQUES, Mário Osório. "Projeto pedagógico: A marca da escola". In: **Revista Educação e Contexto**. Projeto pedagógico e identidade da escola. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990, p.21.

MELLO, Elena M^a Billig. **Gestão e políticas da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

MESZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PARO, Vitor. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2008.

_____ **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 1998.

PINHO, Ana Sueli Teixeira de. Classes multisseriadas do meio rural: o reconhecimento da diferença como possibilidade de aprendizagem. **Anais do 19º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste**. João Pessoa, PB, 05 a 08 jul., 2009. João Pessoa: Editora UFPB, 2009. CD-ROM.

Revista **Gestão Escolar**. Como fazer o PPP da escola. São Paulo: Abril, S/D. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/7-elementos-essenciais-ao-ppp-610996.shtml?page=all>>. Acesso em 10 de nov. 2014

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento (Originalmente publicado em 1987), 2000.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1983.

SALCIDES, Arlete Maria Feijó. **Histórias de trabalhadores rurais se cruzando no passado e no presente: alfabetização de adultos: uma análise das práticas de "colonizadores" e "colonizados**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRGS, ano 2005.

SPÓSITO, Marília Pontes. Educação, gestão democrática e participação popular. In: Bastos, João Baptista (org.). **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político- pedagógico**. São Paulo: Libertard, 2002.

VAZ, Márcia Cristina Dias. **Gestão Participativa**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/gestao-participativa/5895/>>. Acesso em set. 2014.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: SP.Papirus, 2004.

_____. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: SP.Papirus, 2003.

_____. Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político pedagógico: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro Veiga. Inovação e Projeto-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n.61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a02v2361.pdf>>. Acesso em: 10/04/2014.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento Participativo na Escola: Um desafio ao Educador**. São Paulo: EPU,1986 (Temas básicos de educação e ensino).